



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 615 - DE 2 A 16 DE AGOSTO DE 2020 - R\$ 4,00

**Que as centrais, sindicatos
e movimentos organizem um
Dia Nacional de Luta,
com paralisação**

**EM DEFESA DOS EMPREGOS,
SALÁRIOS E SAÚDE PÚBLICA**

**MAIS DE 90 MIL MORTOS!
Quase 3 milhões de infectados!**

**Derrotar a política dos governos de esmagamento da vida
da maioria nacional oprimida! Quebrar a ofensiva
privatizante, antinacional e antipopular de Bolsonaro!**

**Somente a classe operária organizada
no campo da independência de classe pode
derrubar o governo burguês e implantar um
governo operário e camponês**



80 anos do assassinato de Leon Trotsky

Viva a IV Internacional!

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Que seja um Dia Nacional de luta pelos empregos, salários e saúde pública

As centrais sindicais decidiram pela convocação de um “Dia Nacional de Luta pela Vida e Empregos”, para 7 de agosto. O Partido Operário Revolucionário vem fazendo uma campanha pela organização de um Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários e saúde pública.

Criticamos os atos pelo “impeachment” e pela “democracia”, por terem como conteúdo uma solução burguesa para os impasses de Bolsonaro e a crise de governabilidade. A luta contra o governo militarista, ditatorial, fascistizante, antinacional e antipopular está plenamente colocada, mas com a política, os meios e as reivindicações da classe operária e demais explorados. O “Fora Bolsonaro” do PT, correntes de esquerda, centrais e movimentos tem por estratégia burguesa o impeachment, que, na melhor das hipóteses, pressupõe um governo democrático burguês. Assim, se contrapõe à estratégia da luta proletária por um governo próprio, o governo operário e camponês.

O desvio do descontentamento dos explorados com o governo antipopular para uma solução parlamentar implica pôr de lado a luta pelos empregos, salários e saúde pública. De maneira que a frentona pelo impeachment, montada por essas forças, está em franca contradição com as necessidades mais elementares da maioria oprimida. A sua irresponsabilidade chegou ao ponto de jogarem com o Dia Nacional de Luta, de 12 de julho. Não se organizou absolutamente nada! E o fracasso foi contabilizado antecipadamente. A frentona assim se comportou, porque viu e avaliou que não iria prosperar o movimento pelo impeachment, uma vez que, no Congresso Nacional e no STF, passou a vigorar uma virada no sentido de amortecer os conflitos institucionais.

Bolsonaro e seus generais não tiveram outra via, senão recuarem em suas pretensões golpistas, devido às condições adversas da economia, divisões interburguesas e pressões de poderosos grupos econômicos, interessados em manter a diretriz do ministro Paulo Guedes. Gostando ou não de Bolsonaro, o grande capital não vê com bons olhos o agravamento da crise política e a desintegração do governo militarizado.

A aposta do PT e aliados, que arrastam atrás de si as centrais, sindicatos, movimentos e esquerdas, era a de que o governo de Bolsonaro já estava inviabilizado, principalmente por sua diretriz contrária ao isolamento social em meio à pandemia. Não puderam levar em conta que o governo e Congresso Nacional se puseram de acordo em des-

carregar os efeitos da crise econômica sobre a classe operária e demais explorados, protegendo assim os interesses dos grandes capitalistas. As centrais, ao se curvarem diante da MP 936, favoreceram esse pacto informal, que se deu impulsionado por conflitos em torno à orientação de como responder à pandemia.

O PT, PCdoB e PSOL – partidos parlamentares reformistas – participaram, de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, das negociações entre governo e Congresso Nacional. Submeteram-se às divergências suscitadas pela política burguesa do isolamento social. As esquerdas sem parlamentares foram atraídas por esse movimento interburguês, entre elas o PSTU, uma vez que não têm política independente do reformismo. Foram responsáveis pelo fracasso do Dia Nacional de Luta, de julho. Agora, essas mesmas forças voltam a convocar, sob a bandeira geral de defesa da vida e dos empregos. O problema está em que continuam agarrados às disputas políticas em torno à política burguesa do isolamento social. Tudo indica que a bandeira de defesa dos empregos não passará da simples palavra. Isso por que apenas ocultaram, dessa vez, o objetivo principal, que é o impeachment. O POR defende que rompam de fato com a linha de submeter as massas ao jogo parlamentar e às eleições, utilizando-se, para esse objetivo, das centrais e sindicatos.

Milhões foram demitidos ou tiveram redução salarial em plena pandemia. Os desempregados superaram os empregados, a informalidade passou por cima do trabalho formal, o trabalho remoto ganhou proporções impensadas, a pobreza, miséria e fome deram um salto à frente. É daí que a classe operária se reerguerá, depois de ser levada ao precipício da crise sanitária e econômica.

O POR luta para que a vanguarda com consciência de classe encarne o enfrentamento à política de colaboração de classes dos reformistas, burocratas sindicais e carreiristas, que se valem do movimento popular. Que rechace os interesses eleitorais que ganham corpo no momento. Que trabalhe por um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisação, em defesa dos empregos, salários e saúde pública. Que se inicie já a convocação das assembleias! Que se formem os comitês de frente única! Que se lance a campanha nas fábricas contra as demissões, pelas readmissões e pelo emprego aos desempregados. Que se dê um primeiro passo firme, para se darem outros contra a pobreza, miséria e fome, que emanam do capitalismo em decomposição.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org / [facebook - massas.por](https://facebook.com/massas.por)

Ataque às liberdades democráticas

O ministro da Justiça, André Mendonça, criou uma nova função à Secretaria de Operações Integradas (Secopi) – montar relatórios sobre as atividades políticas de opositores ao governo Bolsonaro, das correntes de esquerda, sindicalistas, professores, intelectuais, que se encaixem na classificação bolsonarista de comunistas, promotores da cultura marxista, etc. Revelou-se que o Secopi listou 579 servidores federais e estaduais da área de segurança, professores e militantes que são favoráveis ao movimento antifascista.

Segundo informações, o ministro da Justiça viu como questão de segurança a assinatura de policiais em um manifesto antifascista e pela democracia. Mendonça instruiu o delegado da Polícia Civil do Distrito Federal a investigar o movimento, classificando-o como perigoso para a governabilidade. O Secopi, assim, passa a cumprir o papel de polícia política, servindo de braço ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), comandados pelos generais.

Em meio à ofensiva de Bolsonaro con-

tra as liberdades democráticas, se noticiou que, em 18 meses, foram abertos 30 inquéritos com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), parida em 1983, pelo ditador e general João Baptista Figueiredo. Não se sabe que autoridade (ou autoridades) promoveu os processos. O sigilo é a forma do autoritarismo se ocultar. Sabe-se que até mesmo um cartunista – Renato Aroeira – está respondendo a inquérito dessa natureza.

A aplicação da LSN não ocorre apenas sob o governo militarista, ditatorial e fascizante. Mesmo sob os governos do PT – Lula e Dilma – autoridades recorreram a esse instrumento da ditadura militar, conservado pela democratização, e mantido ativo. É preciso lembrar que a Lei Antiterrorismo foi aprovada no governo de Dilma, que assimilou as pressões do imperialismo.

O golpe de Estado de 2016 reconstituiu o poder dos militares, e reavivou a polícia política, concebida pela ditadura de 1964 a 1985. A eleição de Bolsonaro impulsionou as pressões dos militares, para terem lugar nos postos de comando da governabilidade. O golpe institu-

cional que derrubou o governo de Dilma Rousseff despertou o ovo da serpente do autoritarismo.

A inclusão do nome do professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), Paulo Sérgio Pinheiro, vinculado aos Direitos Humanos da ONU, e ativo participante na Comissão da Verdade, que apurou os crimes da ditadura militar, chamou a atenção para o perigo que correm as liberdades democráticas, já muito debilitadas.

A FFLCH e professores do Departamento de Ciências Políticas responderam, exigindo a imediata suspensão das investigações e retratação por parte do Ministério da Justiça. Essa reação não pode se limitar corporativamente à investigação sobre Paulo Sérgio Pinheiro. É preciso exigir a quebra do sigilo, extinção de todos os órgãos de polícia política e toda legislação conexa, em particular, a Lei de Segurança Nacional.

O movimento operário e sindical pode tomar em suas mãos as reivindicações que compõem a bandeira das liberdades democráticas.

Lava Jato

Mais um episódio do embate no Ministério Público

Depois de obrigar as procuradorias do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro se curvarem em obediência, o procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, deu mais uma paulada na Lava Jato. Denunciou que a força-tarefa está de posse de milhares de documentos, desconhecidos da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Totalizariam 50 mil. Somente em Curitiba, centro gravitacional da Lava Jato, estariam listados 38 mil nomes, entre eles, empresários e políticos. O imenso arquivo corresponderia a 350 terabytes, segundo Aras. A conclusão é a de que a procuradoria-geral e os órgãos de controle não teriam acesso, o que configuraria a existência de uma “caixa de segredos”. Logo, a apreensão e a sua abertura eram uma medida de correção constitucional de desvios na instituição.

A intervenção de Aras se tornou possível nas condições de esgotamento político da Operação Lava Jato, depois de mais de seis anos de existência. O prazo de sua validade política era para 2016, quando Dilma Rousseff foi apeada da presidência da República, e o PT defenestrado dos postos de comando do Estado. O último ato que cabia à força tarefa comandada pelo ex-juiz Sérgio Moro e um grupo seletivo de procuradores de Curitiba era o de prender Lula. Até aí a violação das investigações e do tão falado “devido processo legal” podia ser

feita, cabendo, aqui e ali, esta ou aquela denúncia corretiva. As revelações do conluio de Moro com o procurador Dalton Dallagnol, pelo The Intercept, eram suficientes para anular os processos referentes aos petistas. Mas, foi relevado pelo STF. O Ministério Público sentiu o primeiro baque, quando teve de denunciar o ex-presidente Michel Temer. Apesar das provas escancaradas – diferentemente do processo contra Lula –, o Congresso Nacional poupou o meliante. Montava-se o cerco político à Lava Jato, que já não mais estava no seu zênite. O Congresso, STF e Executivo reuniram, agora, forças em torno ao procurador-geral Aras, para dar um paradeiro final ao grupo comandado por Moro-Dallagnol.

Tínhamos assinalado há algum tempo que a força-tarefa passou a ter seus dias contados, depois de ter realizado a grandiosa façanha de jogar Lula na prisão, e cassar seus direitos políticos. Façanha que teve como precedente o golpe de Estado, que instalou a ditadura civil de Temer. Esse foi o marco final da Operação Lava Jato. É compreensível que não se desativasse de uma hora para outra um gigantesco movimento político, judicial e policial, que serviu à derrubada do governo do PT e prisão de seu dirigente máximo. Obrigatoriamente, para cercar o PT, a força-tarefa teve de adentrar nas quadrilhas dos demais

partidos, principalmente as do PSDB e PMDB. Ficou notório que o influente Aécio Neves (PSDB) seria poupado, ao lado de Temer, Calheiros e dezenas de parlamentares dos vários partidos. Em meio à guerra entre o procurador-geral e a força-tarefa de Curitiba, se desengavetou o processo contra o histórico peessedebista José Serra e o ex-governador Geraldo Alckmin. O escândalo, desta vez, não tem transcendência política, uma vez que a Lava Jato se encontra cercada e amarrada pelas pernas. Pode bater as asas, mas é inútil para alçar voo.

A Operação Lava Jato nasceu nas entranhas da enorme crise política, que teve como marco o esgotamento da ditadura militar e a impossibilidade de a burguesia ir à frente com a denominada democratização. O PT e seu caudilho Lula são apenas parte desse grande problema. Somente se entende o ascenso e queda do PT reformista, se se revelarem os anéis da cadeia da longa crise política.

A discussão entre partidários e opositores à continuidade da força-tarefa tem sido ridícula. As partes em litígio desconhecem e ocultam que não se tratou simplesmente de ações judiciais e policiais contra a corrupção em geral, mas de uma grande operação política, que se seguiu ao processo do “mensalão”. O PT começou a ser cassado pelo STF, apoiado, sem dúvida, pela oposição ao governo Lula. O fato de se ter isolado o esquema de corrupção, montado desde o governo de Minas Gerais, pelo PSDB, revelou que o alvo era bem definido: o PT, suas lideranças e o seu governo. Armou-se a panaceia de que os petistas tornaram sistêmico o conagraçamento entre políticos e empresários em torno ao desvio de dinheiro público, quando não fizeram senão mergulhar nos esgotos existentes da política burguesa. De maneira que “mensalão” e “petrolão” são elos de uma mesma cadeia, que se foi montando em meio à luta interburguesa pelo controle do poder do Estado.

A Operação Lava Jato nasceu nas entranhas da enorme crise política, que teve como marco o esgotamento da ditadura militar e a impossibilidade de a burguesia ir à frente com a denominada democratização. O PT e seu caudilho Lula são apenas parte desse grande problema. Somente se entende o ascenso e queda do PT reformista, se se revelarem os anéis da cadeia da longa crise política.

A eleição de Bolsonaro se deu no vácuo criado pela decomposição dos partidos dominantes, que lideraram a democratização, de comum acordo com o último governo militar. O jovial PT se degenerou rapidamente, em termos históricos. Acabou nas garras da reação, sem ser capaz de movimentar a classe operária e demais explorados para derrotá-la, impedir o golpe de Estado e a prisão de Lula. No passado não muito distante, quando funcionava a Comissão Nacional da Verdade, os reformistas e a esquerda centrista pixaram os muros com a bandeira “ditadura nunca mais”. Palavreado que foi se desfazendo, ao ponto de, hoje, se rearticular um movimento de ultradireita, que pede a cassação dos comunistas, fechamento do Congresso e STF, bem como a reedição do AI-5. Com Temer e Bolsonaro, se reestruturou rapidamente a polícia política, e os militares passaram a ocupar cargos de comando na burocracia do Estado e no governo. É nessas condições que a Lava Jato não mais pode conservar o imenso poder político que obteve com a derrocada do governo petista.

O volume de documentos e nomes de personalidades da economia e da política em poder da força-tarefa de Curitiba não tem como ser mantido a sete chaves. A bandeira de combate à corrupção se esvaziou com a expulsão do PT dos comandos da governabilidade. A classe média imbecilizada ainda se perfilou por trás de Bolsonaro, acreditando que a ultradireita fascizante é a sua tábua de salvação contra corruptos e venais.

O presidente moralista, religioso e patriota tem sido obrigado a sufocar as investigações de suas ligações com as milícias do Rio de Janeiro. O seu ex-ministro Sérgio Moro foi demitido, porque não aceitou manchar sua biografia de lavajatista, acoberando as ações de Bolsonaro e seus generais, para cercar o governo contra as denúncias de corrupção e bandidagem. Moro chega ao ápice, ocupando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, alicerçado pela Lava Jato. Com sua queda, sua obra antipetista desmorona, uma vez que teria de se transformar em antibolsonarista.

Aras foi escolhido a dedo por Bolsonaro, com o objetivo de proteger seu governo. Colocou à frente do Ministério da Justiça um serviçal, que imediatamente transformou o Seopi em braço da polícia política. Os embates entre lavajatistas e antilavajatistas são reflexos das disputas interburguesas no interior do Estado. Passam-se à margem da classe operária e dos demais oprimidos. Os crimes da burguesia somente podem ser investigados e punidos por meio de um tribunal popular, erigido pelas massas em luta contra a burguesia e seu governo.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

O mais importante da situação nacional

Por mais que Bolsonaro, seus generais, ministros do STF e partidos procurem arrefecer a crise política, não há como superá-la. A decisão do DEM e MDB, de se desvincularem do Centrão, está indicando que não querem se comprometer com o futuro de um governo incapaz de unir a burguesia em torno às respostas dadas pela crise econômica, que se agravou e seguirá se agravando.

É muito difícil um acordo partidário sobre a reforma tributária. Está claríssimo que nenhum setor capitalista admite assumir uma carga maior de imposto. Por seu fundamento, quem paga no final são as massas. Mas, nem por isso, uma maior carga tributária deixa de atingir os exploradores do povo, que concorrem entre si na busca de maior lucro e menor taxaço.

Ocorre que o Tesouro Nacional necessita drenar recursos, para sustentar a dívida pública, que se aproxima a 100% do PIB. O agigantamento da dívida e o repatriamento de US\$ 30,6 bilhões pelas multinacionais retratam bem o precipício da crise econômica do País. Basta esse fardo, para que a queda do crescimento durante a pandemia continue a destruir parte das forças produtivas internas.

Há que se considerar ainda a explosão do desemprego e subemprego. Sustentar a dívida pública e responder ao desemprego, que superou o número de empregos, implica duras decisões de política econômica. A proteção dos banqueiros vem em primeiro lugar. O que resulta em maior sacrifício das massas. O País já passou por muitas experiências como essa. E o resultado foi negativo para o desenvolvimento das forças produtivas e melhoria das condições de existência dos explorados.

A outra linha de ação governamental é a da privatização. A Lei do saneamento, recém aprovada, entregará aos empresários a exploração da água e esgoto. Está por vir a Lei do gás. A Petrobrás segue o caminho do fatiamento. A privatização total do sistema elétrico está em atraso. E o bem-aventurado agronegócio tem de enfrentar os choques da guerra comercial, que tende a avançar. O problema da Amazônia é parte desse conjunto de conflitos. Um período de turbulência

mais aterrador está por vir.

Na pandemia, a classe operária foi estilhaçada. Teve de suportar a voracidade da pandemia e as duras decisões dos governos burgueses. Desorganizada e temerosa, voltou à produção social, sem que pudesse se erguer imediatamente em defesa dos empregos, salários e saúde pública. O profundo refluxo das massas possibilitou que a crise política permanecesse no campo das instituições burguesas. Os reformistas e as direções conciliadoras se valeram do isolamento social, da aterrorizante contaminação e do catastrófico quadro das mortes.

Daqui para diante, a via do isolamento está esgotada. Não há outro caminho para o proletariado e os demais explorados senão encarar de frente a pandemia, o desemprego, subemprego e miséria.

bleias, comitês de base, agitação e propaganda massiva nos locais de trabalho, de moradia e de estudos. Não se colocou a reversão das demissões e das reduções de salários.

É justo que a vanguarda desconfie da seriedade de propósito quanto à defesa dos empregos. O ambiente eleitoral vem tomando conta do PT, PCdoB, PSol, etc. Nessas condições, o governador do Maranhão, Flávio Dino, do PCdoB, propôs a Bolsonaro que assumisse um pacto pelos empregos. Esse vergonhoso chamado indica que os reformistas estão inclusive fazendo um embuste com a bandeira do impeachment.

O mais importante da situação nacional é trabalhar para que a classe operária e demais explorados superem a desorganização, e vençam o temor. As bandeiras

Daqui para diante, a via do isolamento está esgotada. Não há outro caminho para o proletariado e os demais explorados senão encarar de frente a pandemia, o desemprego, subemprego e miséria. Agora, o ponto de partida é o de se levantar em defesa do emprego, salários e saúde pública.

Agora, o ponto de partida é o de se levantar em defesa do emprego, salários e saúde pública.

A frentona pró-impeachment foi incapaz de realizar o Dia Nacional de Luta, de julho. Volta com o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida e dos Empregos”, a ser realizado em 7 de agosto. A resolução do dia 27 de julho, aprovada por videoconferência pelas centrais, recolheu a bandeira do impeachment, mas sabemos que não passa de conveniência de momento. Não se decidiu por organizar o movimento, baseado em assem-

de defesa dos empregos, salários e saúde pública são o ponto de partida por onde se combaterá não apenas o governo Bolsonaro, mas também a burguesia e o imperialismo. Um passo que se dê nesse terreno despertará a consciência das massas para a necessidade de derrotar a ofensiva privatizante, não pagar a dívida pública, impedir a repatriação bilionária das multinacionais, combater a ofensiva das forças capitalistas anárquicas sobre a Amazônia, e quebrar o movimento ultradireitista, que se vem potenciando, desde a derrocada do governo petista.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Fortaleza

Em meio às crises econômica e sanitária, esquerdas mergulham no eleitoralismo

Apesar da brutal crise econômica, do desemprego, da redução salarial e da crise sanitária sem paralelo, que revelou a completa falência da saúde pública, os partidos que se reivindicam da esquerda estão cada vez mais distantes da necessidade de organizar as massas em defesa de suas condições de vida e se lançam no eleitoralismo.

Os números recentes, trazidos à tona pelo IBGE (Pesquisa PNAD-Covid) na 2ª quinzena de julho, mostra como a crise atingiu em cheio os explorados: aumento de 20% no número de desempregados (dados oficiais no primeiro trimestre, alcançando agora 12,1% da PEA, ou meio milhão de pessoas); 40,6% da população ocupada neste período, teve redução salarial e quase 400 mil pessoas, que tiveram de se afastar do trabalho em junho, ficaram sem o salário do mês. Não casualmente, mais de 1,6 milhão de famílias, neste mês, tiveram de sobreviver com a esmola do auxílio emergencial do governo.

A tão propalada 'ameaça do fascismo', ou a 'luta em defesa da democracia' foram deixadas de lado para dar lugar ao oportunismo eleitoral desenfreado.

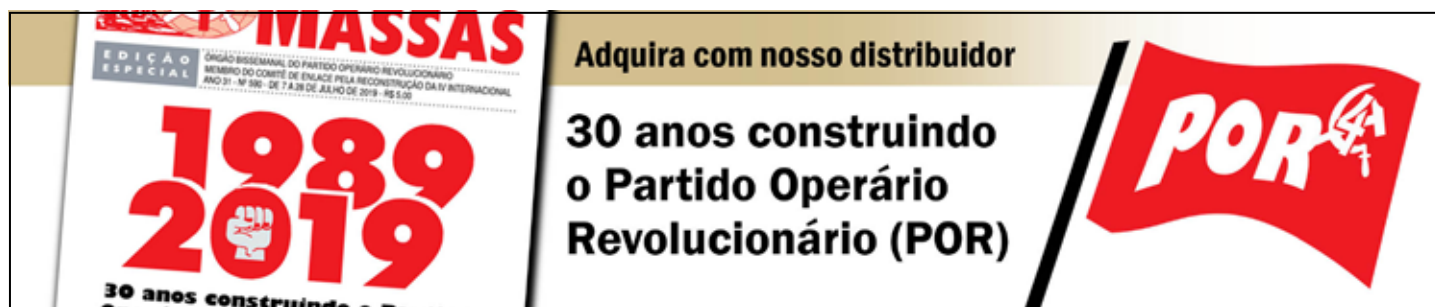
A situação calamitosa do proletariado, da juventude pobre e das massas famintas não tem sido respondida com um chamado à luta pelas direções do movimento operário e popular. Ao contrário, procuram inundar as redes sociais e os debates com propaganda eleitoral antecipada, anúncio de pré-candidaturas a vereador etc. A tão propalada 'ameaça do fascismo', ou a 'luta em defesa da democracia' foram deixadas de lado para dar lugar ao oportunismo eleitoral desenfreado. O resultado, por enquanto, tem sido um estilhaçamento das candidaturas, ávidas por projeção eleitoral em meio à crise política.

O PT lançou a pré-candidatura de Luizianne Lins, ex-prefeita de Fortaleza e tida como ferrenha adversária dos Ferreira Gomes, com a promessa de recuperar a prefeitura para a esquerda reformista. O presidente do Diretório Municipal do partido, Vereador Guilherme Sampaio, pretende conversar com as legendas de esquerda para uma ampla

aliança, mas não descarta conversas com o MDB de Eunício Oliveira, o corrompido e defenestrado ex-presidente do Senado. O PCdoB, que oficialmente, compõe a base do prefeito Roberto Cláudio (PDT), lançou o nome do atual presidente do sindicato APEOC, Anízio Melo, como seu pré-candidato. Anízio Melo, que trocou o PT pelo PCdoB após ter sido abandonado pela Articulação Sindical nas últimas eleições, quando foi preterido para deputado federal, em favor de Idilvan Alencar (PDT), tem seus próprios cálculos eleitorais e vê na candidatura a oportunidade de se projetar pessoalmente. O PSOL, depois de reunir sua direção estadual, decidiu pela pré-candidatura do deputado estadual Renato Rosendo, que disputava a indicação interna do partido com a transexual e escritora Helena Vieira. O PSTU, por sua vez, desde dezembro de 2019, lançou a pré-candidatura do operário e dirigente da Conlutas, Zé Batista. O mesmo fez a Unidade Popular (UP/PCR), que também apresentou sua própria pré-candidatura, a da professora Paula Colares.

A profusão de candidaturas e a intervenção eleitoral das esquerdas estão na contramão das reais necessidades da luta e da defesa da vida dos oprimidos. As centrais sindicais não convocam plenárias, não orientam seus sindicatos a prepararem assembleias, não lançam mão da organização de um dia nacional de luta por um plano de emergência para os trabalhadores. Semeiam a ilusão de que as transformações virão do alto, da conquista dos governos pela via eleitoral, para a qual os movimentos de rua devem servir de simples apoio. A corrida antecipada pelos votos, quando é urgente lançar-se às ruas num amplo movimento de massas pelo emprego a todos, salário vital, direitos sociais e contra a flexibilização trabalhista, expõe todo o velho cretinismo parlamentar das esquerdas legalizadas.

O POR convoca a vanguarda com consciência de classe a romper com o eleitoralismo e a defender a frente única classista em defesa da vida das massas, sobre a base da democracia operária e dos métodos próprios dos explorados, a ação direta. Não haverá outro caminho para se enfrentar a decomposição capitalista e os duros ataques que virão dos governos burgueses.



MASSAS

EDIÇÃO ESPECIAL

ORGÃO SEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLAÇE PARA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO 31 - Nº 581 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

1989 2019

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)

Adquira com nosso distribuidor

POR

Carta aos trabalhadores, centrais, sindicatos e movimentos**Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação**

24 de julho de 2020

O desemprego era um grande tormento, antes da pandemia. Agora, se tornou um inferno a milhões de famílias. O número de desempregados ultrapassou o de empregados. Os cálculos do fechamento de postos de trabalho, em poucos meses, se modificaram. Mas, devemos dar crédito de que 7,8 milhões de vagas foram destruídas, e o desemprego se elevou a 20 milhões de trabalhadores, alcançando 18,9%. Fecharam as portas 716,4 mil empresas, sendo a maioria de pequeno porte. A brutal queda econômica se liga à recessão de 2015-2016, momento em que as demissões em massa voltaram a ocorrer no País. O intervalo entre 2017 e 2019 foi de baixíssimo crescimento, de maneira a taxa de desemprego continuou em alta. Os baixos salários, regidos pelo salário mínimo diminuto, são responsáveis pela pobreza da maioria. Mas, o desemprego de mais da metade da força de trabalho é a pior das chagas do capitalismo. A falta de uma fonte de renda, combinada com os baixos salários, é responsável pelo avanço da miséria e fome.

A pandemia potenciou a crise social. Vem deixando milhares de mortos, e dando margem para o patronato impulsionar a nova onda de demissões e desemprego, como a que ocorreu nos dois anos de recessão antecedentes. A MP 936 resultou na redução salarial de mais de 11 milhões de trabalhadores, que boa parte já ganhava pouco. É necessário ter em conta que a classe operária e demais explorados vinham sofrendo o impacto das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como a reforma trabalhista e previdenciária. O avanço da terceirização precariza as condições de trabalho, facilita a eliminação de direitos e pressiona a redução do valor da força de trabalho.

A maioria dos assalariados vive sobressaltada pela instabilidade da economia capitalista, que se reflete nas relações de trabalho. A ruptura nos antigos direitos, consagrados na CLT, não resolveu e não resolverá o estancamento das forças produtivas, agindo, portanto, no sentido contrário. O desemprego e subemprego, que mutilam mais da metade da força de trabalho, resultam da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que se conformaram no domínio monopolista mundial. Não por acaso, o desemprego avança em todo o mundo, golpeando, principalmente, a juventude. A necessidade de a classe operária e demais explorados saírem em defesa dos empregos e salários se tornou uma tarefa vital, de primeira grandeza.

A pandemia tão somente agravou esse quadro. O grande capital e governos têm aproveitado a situação de desespero e terror das massas para destruir parte das forças produtivas, que se faz com a quebra de setores mais débeis, fechamento de negócios em cadeia, e demissão em massa. Não se pode ignorar que, desde 2008, o capitalismo mundial mergulhou em

uma longa crise, que persiste até nossos dias, e que se intensifica com a pandemia. Os monopólios, que controlam os ramos fundamentais da produção e circulação de mercadorias, se batem em meio à crise de superprodução e à guerra comercial. O ajuste de seus negócios recai sobre a classe operária, na forma de rebaixamento do valor da força de trabalho, extinção de direitos, redução de postos de emprego, e demissões. Os governos adaptam as diretrizes de Estado aos interesses e pressões dos monopólios e do capital financeiro. O que resulta em penalizar a maioria oprimida, descarregando-lhe o maior peso da crise econômica. É impressionante como a pandemia tem servido de justificativa a esse método de governar, e aos capitalistas, para reduzirem salários, demitirem e precarizarem ainda mais as relações trabalhistas.

Os explorados estão diante do imperativo de vida ou morte. Não estamos dramatizando. O predomínio do desemprego e subemprego impulsiona a miséria, fome, criminalidade, violência policial, mortalidade infantil, desagregação familiar e de toda sorte de discriminação. Essas doenças, provenientes do organismo econômico capitalista, são estruturais. Sabemos disso, mas a questão é que se agravam no seu conjunto, numa cadeia de causas e consequências destrutivas.

Os explorados estão diante do imperativo de vida ou morte. Não estamos dramatizando. O predomínio do desemprego e subemprego impulsiona a miséria, fome, criminalidade, violência policial, mortalidade infantil, desagregação familiar e de toda sorte de discriminação. Essas doenças, provenientes do organismo econômico capitalista, são estruturais.

Nesse exato momento, os professores temporários do município de São Gonçalo, no Rio Grande do Norte, se vêm manifestando há semanas pela readmissão. Foram demitidos nesse momento difícil de pandemia, sob a alegação de que a prefeitura não tem recursos. A campanha de moções de inúmeros sindicatos em defesa dos demitidos anima a luta, mas é preciso se converter em movimento concreto em defesa dos empregos e salários em todo o país. Não está em jogo apenas o emprego de pouco mais de 180 professores, o que já seria intolerável. Estamos diante de milhões de postos de trabalho destruídos, e de um processo inacabado de demissões.

A Renault, em São José dos Pinhais, Paraná, demitiu 747 operários. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) se viu obrigada a convocar assembleia, da qual participaram centenas e centenas de trabalhadores, e decretaram a greve. A montadora, constituída pela Aliança Renault, Nissan e Mitsubishi, já vinha aplicando essa diretriz nas fábricas de Mogi Guaçu e Arujá, em São Paulo, e Resende, Rio de Janeiro. Os operários realizaram uma grande manifestação, na França e Espanha, contra demissões. O objetivo

da Renault é o de fechar 15 mil postos de trabalho em todo o mundo. As montadoras, em geral, aplicaram a MP 936. Tudo indica que recorrerão ao PDV, ou à demissão sumária. A Ford da Bahia se valeu da suspensão de contratos, e assinalou que terá de demitir, sugerindo o PDV. A Embraer anunciou a utilização do PDV, em São José dos Campos. O setor de autopeças está seguindo o caminho das montadoras. A Mahle comunicou aos trabalhadores que vai demitir, e a Kostal está em processo de fechamento, ambas em São Bernardo. O fechamento da planta da Ford, no ABC, em 2019, destruiu cerca de 4 mil empregos.

Essa terrível situação se vem generalizando, país a fora, sem que as centrais e sindicatos se tenham colocado à altura, adaptando-se às decisões do patronato e do governo. Diante das demissões e da greve na Renault, nove centrais sindicais, puxadas pela CUT e Força Sindical, emitiram uma nota de apoio. O problema está em que é preciso passar da palavra à ação. Para enfrentar a onda de demissões, aumento do desemprego e subemprego, é necessário um poderoso movimento de frente única. Não se pode tolerar o fechamento de uma fábrica, como se passou com a Ford, sem luta. Nenhuma negociata com o patronato poderá garantir os empregos. É com a mobilização coletiva, assembleias, ocupações de fábrica e outros meios, é que os trabalhadores conseguirão se defender. Também é obrigatório deixar claro que a luta em uma fábrica isolada tem menor possibilidade de vencer. O movimento começa em um local de trabalho, e deve se generalizar. É dever dos sindicatos se apoiarem na classe operária de conjunto, para garantir a manutenção da fábrica e dos postos de trabalho.

Está colocado o socorro imediato aos trabalhadores da Renault, Mahle, Kostal, Ford, Embraer, e outras tantas, com a organização urgente de manifestações em todo o país. Um Dia Nacional de Luta, com paralisação, é a forma de se iniciar a luta geral pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Esse primeiro passo coletivo criará ânimo entre as massas, para superar o temor criado pelo desemprego e pela pandemia. Se as centrais convocarem a sério o Dia Nacional de Luta pelos empregos, sem dúvida, a classe operária dará novos passos à frente. Convocando as assembleias e organizando os comitês

que unifiquem empregados e desempregados, as centrais e sindicatos servirão de verdadeiros instrumentos da luta pelas reivindicações próprias e de independência política, diante da burguesia e governos. É preciso recorrer, amplamente, à democracia operária, para restabelecer a confiança dos explorados na sua capacidade de luta. A convocação de assembleias e formação de comitês estabelecerão o poder da democracia operária e da organização independente. Tudo indica que, se a classe operária tomar a frente na defesa dos empregos e salários, atrairá milhões de micro e pequenos negociantes, que faliram ou estão na iminência de falir. A mobilização dos trabalhadores, que sobrevivem das entregas por aplicativos, é a prova da necessidade de unir todos em um só movimento. Suas reivindicações devem ser incorporadas no movimento pelos empregos, salários, direitos e saúde pública.

O Partido Operário Revolucionário, o Boletim Nossa Clas-

se e a Corrente Proletária da Educação fazem um chamado a que as centrais, sindicatos e movimentos coloquem em pé um movimento de frente única, a começar pela organização de um Dia Nacional de Luta, com paralisação, convocação de assembleias, e formação de comitês de empregados e desempregados. Desde as fábricas aos bairros, favelas e cortiços, passando pelos bancos, comércio, transporte, serviços, escolas e universidades, armar uma poderosa campanha pelo fim das demissões, readmissão dos demitidos durante a pandemia, abertura de milhões de novos postos, reduzindo a jornada sem reduzir os salários, e caminhando no sentido da implantação da escala móvel das horas de trabalho. Nesse embate,

exigir dos governos um plano imediato de obras públicas e construção de moradias populares. Essa plataforma de defesa da vida da maioria oprimida é a base para a classe operária e demais explorados se preservarem como força de trabalho, e protegerem suas famílias, nas condições de desintegração do capitalismo e de avanço da barbárie social.

O Partido Operário Revolucionário firma seu compromisso com os explorados, no sentido de trabalhar com afinco pela frente única, pelo Dia Nacional de Luta e continuidade do combate até a vitória!

Convocando as assembleias e organizando os comitês que unifiquem empregados e desempregados, as centrais e sindicatos servirão de verdadeiros instrumentos da luta pelas reivindicações próprias e de independência política, diante da burguesia e governos. É preciso recorrer, amplamente, à democracia operária, para restabelecer a confiança dos explorados na sua capacidade de luta.



Petroleiros

Atrasadinha na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba

Na manhã de 29 de julho, os petroleiros da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) fizeram o que chamam de atrasadinha do turno. É no momento da troca de turnos que a direção do sindicato reúne os operários para discutir os problemas que afetam a categoria. Nesse dia, os diretores do sindicato falaram da intenção da empresa em quebrar o Acordo Coletivo de Trabalho, rebaixando os salários e retirando benefícios. Em relação ao plano de saúde, atualmente já existe a participação dos empregados com a empresa, porém a empresa quer transferir a gestão do plano para uma empresa, que será criada. Os petroleiros são contra a transferência da gestão, porque esta não será mais objeto de negociação coletiva e não terão a participação efetiva neste novo modelo de gestão.

O POR interveio dizendo que antes da pandemia já havia uma crise em curso. Que a burguesia já estava descarregando sobre os explorados. Com a pandemia, a burguesia se aproveitou para impor maiores ataques, como a MP 936, que reduziu o já miserável salário de mais de 11 milhões de trabalhadores e abriu o caminho para as demissões. Mostrou a diferenciação do caráter científico e também o caráter burguês do isolamento social. Assinalou a submissão das direções sindicais à política burguesa do isolamento social, que resultou na assinatura de acordos de redução salarial e suspensão de contratos de trabalho. E concluiu defendendo a constituição de um Dia Nacional de Luta, com paralisação, em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública.

Chamou atenção a fala de um dos operários de base, que iniciou dizendo que o sindicato “está devagar”. Criticou o atraso do sindicato nas assembleias virtuais, que, segundo ele, a

última começou com mais de uma hora de atraso. Falou que as assembleias virtuais ficam só na lamentação negativa e não existe propostas nem da base e nem do próprio sindicato para o enfrentamento do momento difícil. Nesse momento, o operário falou da importância de o sindicato distribuir boletins cotidianamente junto aos trabalhadores, para que a deflagração das greves não fique distante de uma preparação prévia. Colocou a importância de se colocar o debate para fora da empresa com as ações de rua. Por fim, disse que a greve tem de ser para parar a produção, nas últimas greves isso não ocorreu, que os impactos na produção foram mínimos. Outro operário falou das derrotas acumuladas pela categoria. Que as centrais e os sindicatos falharam quando permitiram que o governo Temer aprovasse a reforma Trabalhista. Esse era o momento de parar o país para derrotar a reforma. Encerrou dizendo que os ataques continuam. Outras intervenções ocorreram, inclusive a do POR, que enfatizou a importância de constituir direções classistas para enfrentar a burguesia e seus governantes. E que, no momento, os petroleiros enfrentam as ações de Bolsonaro/Guedes que têm ido a fundo com o seu projeto ultraliberal de desmonte da economia nacional. Concluiu dizendo que é preciso pôr em pé uma Frente Única Anti-imperialista, sob a direção da classe operária, para defender a Petrobrás, Correios e Eletrobras da ofensiva privatista do governo. E que nenhum movimento será sério, se não se pautar pela defesa da força de trabalho dos explorados. Daí a importância de romper a camisa de força da política burguesa do isolamento social, construindo a luta presencialmente, como já tem feito os petroleiros, que inicia com as assembleias e comitês presenciais.

Rondônia

Jogo entre empresa e prefeitura deixa a população da capital quase sem transporte coletivo

Há muito que o serviço de transportes coletivos da capital tem sido um problema para a população. Entra e sai prefeito e os problemas se avolumam. Ora as empresas culpam a prefeitura, ora a prefeitura culpa as empresas por não cumprirem os acordos. Os prejudicados são os trabalhadores.

Com a pandemia, a situação piorou. A empresa aproveitou para reduzir os coletivos, deixando apenas 19 ônibus circulando na cidade e em alguns bairros ficando sem transportes e outros com um ônibus. A alegação da empresa

era de que estava cumprindo o restante do tempo do contrato com a prefeitura, porque outra empresa assumiria no mês de julho.

Os trabalhadores, no dia 29 de junho, paralisaram, porque estavam com os salários atrasados há três meses. Greve que foi encerrada em 23 de julho, após o recebimento do salário de abril. No entanto, o transporte continuou limitado a 16 ônibus. Para piorar a situação, no início de julho, o prefeito suspendeu os cartões de transportes coletivos para os estudantes e idosos, alegando que se tratava de uma

medida para impedir a circulação de idosos e estudantes durante a pandemia. A empresa que irá assumir o serviço, além de ser acusada de irregularidade, elevará a tarifa para R\$ 4,05.

A Corrente Proletária denuncia o prefeito e a empresa pela falta de transporte coletivo. Que os salários dos trabalhadores sejam pagos totalmente. Que o prefeito coloque fim à proibição do uso dos cartões de estudantes e idosos durante a pandemia. E faz campanha pela estatização do transporte coletivo, sob o controle dos trabalhadores.

Greve na Renault

No dia 26 de julho, trabalhadores demitidos da Renault de São José dos Pinhais se reuniram em frente do Palácio do Governo, para protestar contra as demissões. No dia seguinte, os operários decidiram pela continuidade da greve, que iniciou em 21 de julho. A greve ocorre porque a montadora anunciou o fechamento do terceiro turno e a demissão de 747 empregados, alegando queda da produção em função da pandemia.

A direção do sindicato, da Força Sindical, pede a Renault que revogue as demissões e volte a negociar um acordo coletivo, já apresentado antes das demissões. Completou dizendo que *“existem os instrumentos da Lei 14.020 que podemos usar para manter os empregados”*, fazendo referência

à MP 936, que reduz os salários, ou afastamento temporário (layoff). Disse, também, que existe uma Lei Estadual nº 15.426, aprovada em 2007, que proíbe a dispensa de trabalhadores por empresas que se beneficiam de incentivos fiscais no Estado. Procurou inflar os operários com o discurso de *“o governo e a população estão ajudando essa empresa a se fortalecer no Estado. E nós queremos como contrapartida a manutenção dos empregos na Renault”*.

Os operários da montadora têm mostrado disposição de luta. A greve foi aprovada contra as demissões. No entanto, a direção do sindicato, em palavras, diz que é preciso suspender as demissões, mas vem apresentando propostas que não asseguram os empregos, a exemplo da MP

936, em que o empresário reduz os salários e depois demite, como vem ocorrendo país afora. Por outro lado, criar ilusão na Lei Estadual como garantia dos empregos e subir em canoa furada. A própria montadora se encarregou de comunicar que a tal Lei não serve para período de “emergência”, como esse da pandemia.

O fato é que a greve continua isolada. As direções de outros sindicatos apoiam no discurso, mas não movem uma palha no sentido de unificar a luta contra as demissões, que é nacional. A tarefa de organizar a campanha nacional pelos empregos e salários é o caminho para defender os empregos dos quase 800 operários da Renault. Tarefa urgente que cabe às centrais e sindicatos.

Embraer amplia o plano de Demissão Voluntária (PDV)

No primeiro PDV, a empresa conseguiu impor 1.463 demissões, em troca de uma indenização de 40% do salário nominal proporcional ao tempo de empresa e seis meses adicionais de plano de saúde. Agora, abrirá em agosto novo PDV, voltando para outras áreas, que incluem técnicos e secretários. Justifica que a Embraer vem sofrendo com a queda no mercado aeroespacial. E que esse plano visa economizar cerca de 200 milhões de dólares. Os capitalistas anunciaram que os sindicatos dos engenheiros (Seesp), dos secretários (Sinsesp) e dos técnicos de nível médio (Sintec) concordaram com o novo PDV, o que representa 50% dos empregados. E lamentaram a rejeição por parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

A decisão da Embraer e a colaboração dos sindicatos citados (segundo a empresa) só aumenta a tarefa do Sindicato dos Metalúrgicos, CSP-Conlutas. O que implica a dura luta contra o PDV e as demissões. O ponto de partida são as assembleias presenciais para aprovar o caminho da resistência. É fundamental que a direção se coloque por trabalhar pelo Dia Nacional de Luta, com paralisação, chamando as centrais e outros sindicatos para pôr em marcha uma verdadeira campanha nacional de defesa dos empregos.

Ford suspende os contratos de 1600 trabalhadores

A montadora, com planta na Bahia, determinou a suspensão por três meses de contratos de trabalhadores, alegando ajuste no volume de produção. De agosto a novembro, os 1600 metalúrgicos estarão em lay-off, deverão fazer os cursos on-line de qualificação e será exigida a frequência mínima de 75% das aulas. Os que não cumprirem essa determinação não receberão a parte do salário paga pelo governo federal para completar a parte da empresa. Depois desse duro ataque, a direção do sindicato disse que poderia ser pior, referindo às demissões. E que esse acordo garantiu o emprego e preservou os salários. Veja a que ponto chega uma burocracia sindical. Certamente, já não guarda nenhum vínculo com a vida e os interesses da classe operária. É uma direção patronal, traidora.

Primeiro Bolsonaro impôs a MP936, agora a Portaria 16.655

No início de abril, Bolsonaro decretou a MP 936, que permite reduzir salários e suspender contratos. Mais de 11 milhões de trabalhadores estão com os salários menores ou contratos suspensos. As consequências são terríveis: salários mais baixos, redução do valor do 13º salário e, no caso da suspensão do contrato, aumento do tempo para alcançar a aposentadoria. Em julho, impôs a Portaria 16.655, que anula uma lei antiga que proibia o patronato demitir e recontratar antes de três meses. Essa lei de 1992 considerava fraude, porque permitia a manobra de recontração por salário menor e sem os direitos.

Bolsonaro aproveitou a pandemia para abolir o entrave da Lei e validou o pleito dos capitalistas de demitir e recontratar, sob

novo contrato. Portanto, salário mais baixo e jornada diferente. Procurou dar uma fachada democrática, incluindo na Portaria a negociação entre o patrão e o sindicato.

Como se vê, governo e capitalistas aproveitam a pandemia para descarregar a crise econômica sobre a classe operária e demais trabalhadores. Aproveitam, também, o silêncio das direções sindicais para eliminar direitos, que eram assegurados por lei. Usaram a pandemia para reduzir salários, demitir a vontade e agora rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho. É preciso romper com o imobilismo das burocracias sindicais e organizar a luta coletiva dos explorados para pôr abaixo a MP 936, a Portaria 16.655 e a reforma trabalhista.

Rodoviários Recife

Impulsionar os comitês nos bairros em defesa dos empregos, salários, transporte público e saúde

A direção do sindicato (PSOL/Resistência) se elegeu com a defesa da unidade entre o sindicato e os diversos movimentos, inclusive os de bairros. Os atos contra a demissão dos cobradores, antes da posse da nova gestão, indicavam a via da ação direta. Porém, a política do PSOL tem sido a de submeter os movimentos à via jurídica e alimentar as ilusões no parlamento.

No dia 16/07, houve uma reunião entre o sindicato dos rodoviários e os líderes comunitários, uma parte dos candidatos à vereador. A reivindicação é a retomada da circulação dos ônibus com 100% da frota. A empresa retirou linhas e horários para lucrar mais. Os informes mostraram que os problemas enfrentados pelos moradores e pelos rodoviários são os mesmos, a retirada dos ônibus e dos cobradores. Os moradores propunham um ato no dia seguinte à reunião e a organização de paralisações por parte dos moradores. A direção do sindicato disse que antes de ações diretas é necessário esgotar as vias de diálogo com as empresas e pressão ao governo. Já está comprovado que a espera passiva pela justiça e governo leva à derrota. Como um dos moradores disse, a justiça e governos só são rápidos para favorecer as empresas, como mostra a MP 936, para os pobres é lenta. Se a tática jurídico-parlamentar não serve para atender os interesses dos explorados, porque o sindicato insiste nela? A resposta está no eleitoralismo. Trata-se de uma via de desgaste eleitoral e para forjar as candidaturas e base de apoio ao PSOL nos bairros.

Os problemas enfrentados nos bairros e rodoviários não são apenas em relação à retirada dos ônibus. Os governos enfiaram goela abaixo a redução dos salários e ataques aos direitos trabalhistas com as MP 936 e MP 937. A quarentena defendida pela burguesia não passou de

uma farsa, pois uma grande parcela foi obrigada a retomar ao trabalho. O desemprego aumentou. As empresas aplicam as medidas emergenciais do governo para fazer o que bem querem com os trabalhadores. Os explorados foram desarmados com a política de isolamento social, seguida pelas direções dos movimentos, sindicatos e centrais. Enquanto isso, nem o distanciamento social como medida sanitária consegue ser aplicado por uma burguesia que aproveitou da pandemia para aumentar seus lucros.

Cadê a unidade entre a Categoria rodoviária e as Comunidades na ação direta?

Em um dos bairros, os moradores se cansaram da falta de resposta do governo e das empresas e decidiram convocar um ato para o dia 17/07, para bloquear as ruas e exigir a volta dos ônibus. Apesar da reunião entre os líderes comunitários e sindicato dos rodoviários ter ocorrido um dia antes, o ato não foi organizado coletivamente. O sindicato se comprometeu a apoiar o ato, mas a direção do sindicato não utilizou da reunião para construí-lo e o carro de som emprestado chegou com atraso, perdendo o horário de maior fluxo, indicado pelos moradores. O sindicato não convocou a categoria para parar, mesmo com toda a disposição de luta diante da continuidade das demissões e corte de salários. Isso comprova que o PSOL-Resistência usa as demandas dos moradores e trabalhadores para buscar o apoio a seus candidatos para as próximas eleições, alimentando a ilusão da necessidade de um representante ou aliado do bairro para amenizar as mazelas sofridas.

A unidade com os explorados é importante e necessária na luta contra os ataques da burguesia. Mas, a unidade submetida à política e métodos de luta da burguesia de nada serve aos explora-

Burocratas das centrais anunciam outra mobilização

Sem fazer uma avaliação do fracasso das jornadas de 10, 11 e 12 de julho, porque não houve nenhum empenho para a organização das manifestações, as centrais novamente se reuniram, dia 27 de julho, para marcar novas datas de mobilização. Aprovaram que o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida e dos Empregos” acontecerá em 7 de agosto. Fizeram discursos contra o governo Bolsonaro e, agora, aos governadores e prefeitos que anunciaram a retomada das aulas presenciais. Concretamente, nada foi aprovado para que haja um verdadeiro Dia Nacional de Luta”.

dos. O caminho da democracia burguesa, com eleição de candidato só fortalece o Estado, que é rápido para destruir direitos, mas é lento como lesma para as necessidades básicas da maioria. Por isso, a unidade dos oprimidos deve ser em torno da defesa dos empregos e dos salários.

Participaram do ato apenas moradores, sindicato dos rodoviários e o POR. O POR defendeu a necessidade dos explorados confiarem em seus métodos próprios de luta. Nenhuma ilusão na patronal e no governo. Os bairros precisam organizar seus comitês de luta, com seus métodos próprios para defender emprego e salário, com bloqueios de avenidas, greves, piquetes e ocupações.

R\$5
Adquirar com o distribuidor do Massas:

O que mudou na vida da maioria dos negres?
Avaliação programática da política reformista no enfrentamento ao racismo

A emancipação dos negres será parte da emancipação da classe operária da dominação capitalista

POR! 4 **MASSAS**

Metrô-SP

Direção sindical aborta greve em meio ao ataque aos direitos do Acordo Coletivo e corte salarial

As portas do Metro de São Paulo amanheceram fechadas no dia 28 de julho, voltando à normalidade próximo das sete e meia da manhã. Na véspera, os metroviários haviam decretado greve por tempo indeterminado, a partir da zero hora do dia 28. A aprovação se deu em uma assembleia presencial, cujos votos virtuais também foram computados. Segundo o sindicato, essa assembleia ocorreu entre às 18h e 22h30min. Nela, foi aprovado o novo acordo coletivo, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho, e defendido na assembleia pela direção do sindicato. A greve, no entanto, foi mantida, uma vez que ficaram de fora das tratativas o desconto salarial de 10%. À meia noite e quinze, ou seja, quando já vigorava a greve, a direção do sindicato convocou outra assembleia, em caráter extraordinário, e totalmente virtual. Alegando que o secretário dos transportes havia reaberto as negociações, a direção do sindicato defendeu e aprovou a suspensão da greve.

(...) a burocracia sindical dos metroviários teve pressa para encerrar com a greve. Não rogou pelo princípio elementar de defesa intransigente do salário. Trocou o certo da luta pela incerta abertura de negociação com a secretaria de transportes. Não se importou em suspender a greve na calada da noite, virtualmente.

A direção do sindicato vinha ensaiando mobilizações desde junho, com atos minguaados, como os que ocorreram em frente ao Centro de Controle Operacional do Metrô, ou na Estação Brigadeiro. Orientou os metroviários a seguirem se manifestando, por meio de coletes e adesivos. Ameaçou greve por outras três vezes, mas suspendeu logo em seguida, se vangloriando dessa tática, que, segundo a avaliação da direção do sindicato, permitiu a abertura de negociação com o Metrô e o Governo do Estado. O ensaio procurava mitigar a pressão vinda dos trabalhadores, atacados desde o começo do ano, fato agravado no período de isolamento social, quando o Metrô passou a alegar crise financeira, devido ao baixo número de passageiros.

Tudo indica que a burocracia do sindicato esperava que a greve fosse novamente suspensa na assembleia do dia 27, mediante a aprovação do novo acordo coletivo. Afinal, como eles próprios afirmaram na capa do informativo sindical, a “prioridade é o acordo coletivo”. Mas, os ataques foram avolumando-se, com a redução ou mesmo corte nas horas extras, no auxílio transporte, no adicional noturno, a ameaça de implementação definitiva do teletrabalho, por meio de acordos individuais, ao setor administrativo. Redução da fatia da empresa no pagamento do plano de saúde. Sem contar a negligência na garantia de equipamentos de proteção individual, em meio à pandemia. Diante desse quadro, o corte salarial de 10% foi a gota d’água, não revogado no acordo de suspensão da greve. Segundo o sindicato, diz que “vai procurar o metrô para informar que não concorda com o desconto dos 10% e que o seu restabelecimento tem de ser urgente” (“Viramos o

jogo”: acordo coletivo é renovado, 29 de julho”). Essa informação contradiz com a da CSP-Conlutas, PSTU, que afirma: “a empresa e o governo Doria foram obrigados a recuar na redução salarial de 10% imposta unilateralmente na semana passada...”. Assim, a greve foi o remédio para os metroviários se protegerem, já que a burocracia sindical não estava pela defesa dos salários, mas, ao contrário, diante da alegação do Metrô de crise financeira, a direção do sindicato apresentava como solução os subsídios estatais e corte nos supersalários. Como se vê, são ações passivas, por recorrer à simples denúncia de improbidade e reclamos ao governo do estado que intervisse financeiramente.

Ademais, o acordo não expressa os anseios da categoria, na medida em que se mantiveram os ataques. Dos cinco pontos discriminados, todos postergavam o pagamento dos direitos por seis meses, em parte ou na totalidade. O adicional noturno foi mantido em 50%, mas com pagamento de 25% a posteriori. Manteve-se a gratificação por tempo de serviço, assim como o adicional normativo de férias, mas o pagamento fica suspenso por seis meses. Manteve-se o pagamento de 100% das horas extras, mas metade será paga somente após seis meses. Afirma-se que o auxílio transporte cortado será ressarcido, mas não diz quando. E, não há nenhuma menção de que o pagamento posterior seria reajustado pela inflação. Como se vê, essa foi a proposta do governo e da empresa do Metrô, defendida pela burocracia sindical, que apenas beneficia a empresa.

O fato é que a burocracia sindical dos metroviários teve pressa para encerrar a greve. Não rogou pelo princípio elementar de defesa intransigente do salário. Trocou o certo da luta pela incerta abertura de negociação com a Secretaria de Transportes. Não se importou em suspender a greve na calada da noite, virtualmente. Os trabalhadores dormiram em greve e acordaram sem ela. Não por menos, o funcionamento normal das estações se deu gradativamente à chegada dos funcionários, que certamente foram descobrindo aos poucos a reviravolta, impelidos a voltar ao trabalho e engolir em seco, e sem luta, o desconto no salário. E, ninguém garante que, daqui seis meses, a Companhia, que administra o Metrô, cumprirá o novo acordo coletivo. Na verdade, tem imperado o descumprimento sucessivo, com a conivência e aval do governo e, como ficou provado, também da direção do sindicato.

A direção dos metroviários perdeu a oportunidade de impulsionar uma frente em defesa do salário, emprego, saúde e pelos direitos trabalhistas. O lugar estratégico do transporte na produção permitiria projetar a luta aos explorados, que se mantiveram trabalhando em meio à pandemia, e que diariamente fazem uso do metrô. Parte considerável da classe operária e setores como da saúde, por exemplo, não puderam aderir ao isolamento social. Sem contar que uma parcela da população desempregada saiu à procura de emprego. Era o caso de abrir campanha junto aos trabalhadores, denunciando os ataques aos metroviários, como parte da investida geral da burguesia e de seus governos contra as massas. Era preciso distribuir massiva e diariamente boletins aos passageiros, propagandeando a necessidade da organização nos bairros e nos locais de trabalho, por meio das assembleias e comitês.

O sindicalista Altino, do PSTU, afirmou em entrevista ao vivo à Globo, que as negociações com a empresa se deram desde abril. No entanto, tais negociações não foram acompanhadas de mobilização. PCdoB e PSTU, que compõem as duas primeiras forças na direção proporcional dos metroviários, eleita em fim do ano passado, assumiram a política do isolamento social da burguesia. Recitaram o mantra do “salvar vidas, ficando em casa”. Ocorre que as vidas não foram salvas. Passam de 90 mil, os mortos pela Covid-19. As direções sindicais, em geral, se subordinaram à resposta capitalista para a crise sanitária, e, com isso, desorganizaram, desguarneceram e contribuíram para as respostas individuais ao problema coletivo das massas, que só poderiam se proteger dos ataques da burguesia e do novo vírus, por meio de uma política independente de classe.

Nessa entrevista, Altino faz um belo discurso, ao denunciar os bilionários que enriqueceram com a pandemia. Certamente é pavoroso tal fato. No entanto, as “belas palavras” não são acompanhadas de “belas ações”. Mas, ao contrário, se render ao isolamento social burguês, se valendo das inócuas exibições virtuais; de assembleias online e suspendendo greves na calada da noite, são ações, que respeitando as proporções, Pioram as condições de vida e trabalho dos assalariados.

Chama a atenção o PSTU apresentar, como solução, os subsídios estatais à crise financeira, alegada pelo Metrô. Objetivamente os centristas vêm abrindo mão da bandeira da expropriação, e

se adaptam à política burguesa. Para a empresa que administra o Metrô, tal solução é perfeita. Qual parasita burguês não anseia em se deleitar em recursos públicos? No entanto, como creditar confiança em tal alegação, quando a tarifa é altíssima, quando os salários seguem arrochados, quando os trabalhadores são transportados “ensardinados” diariamente, inclusive na pandemia? Antes de tudo, é preciso apurar, de maneira independente, se de fato há crise financeira. Os metroviários deveriam eleger uma comissão, subordinada ao movimento, para apurar as contas, e não apenas do período de pandemia, mas de toda a sua existência. A administração privada do metrô deve ser expurgada, e instalado o controle operário.

Apesar da contenção da luta, imposta pelas direções sindicais, a greve dos metroviários, ainda que abortada, demonstra a saída a ser assumida pelo conjunto dos trabalhadores. Demonstra que há disposição de luta, que deve ser convertida em superação de direções conciliadoras. No capitalismo em crise, não há espaço a concessões aos explorados e oprimidos, somente haverá ataques. A suspensão do dia nacional de luta de 18 de abril, o 1º de Maio virtual, a constituição da frente ampla burguesa ao redor do impeachment, e a instaurada campanha eleitoral para as eleições municipais demonstram o tamanho do bloqueio e o desvio da luta. As massas trabalhadoras devem exigir de suas direções a constituição de um Dia Nacional de Luta, em defesa de empregos, salários, saúde e direitos trabalhistas.

Campanhas do Partido Operário Revolucionário

Depois de divulgar o Boletim Nossa Classe de julho, sob a bandeira “Que as centrais e sindicatos organizem um movimento por emprego, salário e saúde pública”, o POR passou a responder à ameaça de demissões na fábrica

de autopeças Mahle, de São Bernardo do Campo. Em seguida, os metalúrgicos da Renault realizaram uma massiva assembleia contra a demissão de quase 800 operários. Diante de um quadro de demissão crescente e redução

salarial, divulgamos “Carta aos trabalhadores, centrais, sindicatos e movimentos. Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação”. Abaixo publicamos o Boletim Nossa Classe contra as demissões.

Defender os empregos na Mahle

Que o sindicato convoque a assembleia para lutar contra as demissões

Não podemos aceitar que a Mahle continue a demitir centenas de metalúrgicos. A Mahle de Mogi Guaçu e a de Arujá demitiram, somados, cerca de 600 companheiros. Agora, a Mahle de São Bernardo ameaça demitir 220.

A empresa de autopeças aproveitou a pandemia para impor férias coletivas, suspensão por dois meses o contrato e redução salarial. Os companheiros do Mogi Guaçu relatam que quando voltaram ao trabalho receberam a notícia da demissão de 400. Está claro que os metalúrgicos da Mahle de SBC correm o risco de serem demitidos.

A multinacional tem nos seus planos reduzir o número de trabalhadores

e diminuir os salários. Já vinha passando o facão quando a pandemia atingiu o País. Antes que seja tarde, devemos exigir que o sindicato metalúrgico do ABC convoque assembleia para organizar a luta contra as demissões e o desemprego. Sabemos que somente com a greve e a mobilização coletiva podemos defender nossos empregos e salários.

O Boletim Nossa Classe se coloca inteiramente a favor dos companheiros da Mahle. Luta para que os sindicatos façam uma campanha de defesa dos empregos e salários. Que o sindicato metalúrgico não faça corpo-mole como fizeram os sindicatos de Mogi e Guarulhos.



NOSSA CLASSE
Boletim do Partido Operário Revolucionário
Ano XVII
julho 2020
100 mil exemplares
em circulação

POLÍTICA OPERÁRIA

Defender os empregos na Mahle
Que o sindicato convoque a assembleia para lutar contra as demissões

Não podemos aceitar que a Mahle continue a demitir centenas de metalúrgicos. A Mahle de Mogi Guaçu e a de Arujá demitiram, somados, cerca de 600 companheiros. Agora, a Mahle de São Bernardo ameaça demitir 220.

A empresa de autopeças aproveitou a pandemia para impor férias coletivas, suspensão por dois meses o contrato, e redução salarial. Os companheiros do Mogi Guaçu relatam que quando voltaram ao trabalho receberam a notícia da demissão de 400. Está claro que os metalúrgicos da Mahle de SBC correm o risco de serem demitidos.

A multinacional tem nos seus planos reduzir o número de trabalhadores e diminuir os salários. Já vinha passando o facão quando a pandemia atingiu o País. Antes que seja tarde, devemos exigir que o sindicato metalúrgico do ABC convoque assembleia para organizar a luta contra as demissões e o desemprego. Sabemos que somente com a greve e a mobilização coletiva podemos defender nossos empregos e salários.

O Boletim Nossa Classe se coloca inteiramente a favor dos companheiros da Mahle. Luta para que os sindicatos façam uma campanha de defesa dos empregos e salários. Que o sindicato metalúrgico não faça corpo-mole como fizeram os sindicatos de Mogi e Guarulhos.

Unificar as lutas contra as demissões e o desemprego

A Renault, que faz peças para a Mahle, pretende fechar a planta de São Bernardo. O acordo com o sindicato não garante a manutenção da fábrica. Não podemos deixar acontecer o que aconteceu com a Fiat. O seu fechamento deixaria quase 4 mil trabalhadores. A direção do sindicato organizou os operários, com a promessa de compra de planos pela Cam. Não vamos aceitar que isso se repita com a Renault e a Mahle. É preciso organizar os trabalhadores em um grande movimento em defesa dos empregos e da vida dos familiares operários.

O Boletim Nossa Classe defende que o sindicato convoque a assembleia geral de todos os metalúrgicos do ABC, para aprovar um plano de reivindicações e defender os empregos. Faltam os comitês de luta, que são essenciais e indispensáveis.

Não à farsa das assembleias virtuais

Devido ao isolamento social, os sindicatos realizaram as reuniões de trabalho de forma virtual e suspenderam as reuniões de luta. Não podemos deixar isso acontecer. A Mahle de São Bernardo realizou uma reunião virtual, mas não houve a participação dos trabalhadores. Não vamos aceitar que isso se repita com a Renault e a Mahle. É preciso organizar os trabalhadores em um grande movimento em defesa dos empregos e da vida dos familiares operários.

O Boletim Nossa Classe defende e sempre vai que somente com a organização da classe operária em luta por melhores condições de trabalho e pela defesa dos empregos e salários, é possível lutar, para não ser reconhecido pelos empregadores e desempregados.

Divulgue e participe do Boletim Nossa Classe. É um Boletim que vive graças à contribuição de seus militantes e dos trabalhadores. Faça sua contribuição. Mais do que isso, participe denunciando a exploração e a opressão.



Unificar as lutas contra as demissões e o desemprego

A Kostal, que fica próximo a Mahle, pretende fechar a planta de São Bernardo. O acordo com o sindicato não garante a manutenção da fábrica. Não podemos deixar acontecer o que ocorreu com a Ford. O seu fechamento desempregou quase 4 mil trabalhadores. A direção do sindicato enganou os operários com a promessa de compra da planta pela Caoa. Não vamos aceitar que isso se repita com

a Kostal e Mahle. É preciso urgentemente organizar um grande movimento em defesa dos empregos e da vida das famílias operárias.

O Boletim Nossa Classe defende que o sindicato convoque assembleia geral de todos os metalúrgicos do ABC para aprovar um plano de reivindicações e defender os empregos. Formar os comitês de luta que una empregados e desempregados.

Não à farsa das assembleias virtuais

Durante o isolamento social, os sindicatos realizaram os acordos de redução de salário e suspensão de contrato. Milhões de trabalhadores voltaram ao trabalho mais pobre e ameaçados de demissão. Milhares perderam familiares e amigos com o coronavírus. Está claríssimo que a aplicação da Medida Provisória 936 é um crime contra os explorados. Isso por que reduz os salários, não garante os empregos e somente protege o patrão. O maior crime foram os sindicatos fazerem acordos virtuais, pela internet, de aplicação da MP 936. Essa foi uma forma da direção sindical conciliadora apoiar a política burguesa do isolamento social.

O Boletim Nossa Classe defendeu o tempo todo que somente com a organização da classe operária era possível lutar pela saúde dos explorados e pela defesa dos empregos e salários. É preciso lutar, agora, pela recuperação dos empregos e salários. Para isso, que os sindicatos convoquem as assembleias presenciais.

Solidariedade com nossos companheiros da Renault

A Renault de São José dos Pinhais, Paraná, pretende demitir 800 metalúrgicos. Propôs ao sindicato um plano de demissão voluntária (PDV). Os milhares de operários na assembleia levantaram a mão contra o corte de vagas. Mas a direção do sindicato está manobrando para que a Renault aumente o valor do PLR. O que quer dizer que vai acabar aceitando as demissões. Essa política sindical de negociar demissões é criminosa.

O Boletim Nossa Classe defende que emprego não se negocia, se defende com luta. Chamamos a classe operária e demais trabalhadores a se solidarizarem com os metalúrgicos da Renault e a levantarem a bandeira de defesa do emprego com a greve e ocupação de fábricas.



PDV, lay-off, banco de horas e suspensão temporária do contrato desgraçam a vida dos operários

A crise econômica e as novas tecnologias de produção vêm resultando em destruição massiva de postos de trabalho e redução da mão-obra fabril. As multinacionais estão à frente desse processo destrutivo. São elas que inventaram os mecanismos de PDV, lay-off, banco de horas e suspensão de contratos para demitirem e acabarem com antigos direitos trabalhistas.

As direções sindicais submeteram os sindicatos a essas medidas, que são chamadas de “flexibilização do trabalho”. Passaram, assim, a negociar as demissões, em vez de organizar a luta da classe operária pela preservação dos postos de trabalho e aumento dos empregos.

O Boletim Nossa Classe chama de flexibilização capitalista do trabalho contra a classe operária. É preciso rejeitar toda medida que aumente o desemprego. Nossa bandeira é “Emprego não se negocia, se defende com luta”.

Que as centrais e sindicatos organizem um movimento nacional pelos empregos e salários

Por um Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde pública

Desde a recessão de 2015-2016, o desemprego só tem aumentado. Agora, com a pandemia, o número de desempregados é maior que o número de empregados. Isso explica por que o número de trabalhadores informais (subempregado ou por conta própria) também é maior que os trabalhadores formais (com carteira assinada). As demissões de Mahle Mogi Guaçu, Arujá, bem como a ameaça de demissão na Mahle de São Bernardo,

fazem parte desse tormento que atinge a classe operária como um todo. O mesmo está se passando nos vários ramos da produção, comércio e serviços. No entanto, as direções das centrais (CUT, Força Sindical, CTB, etc.) nada fazem para unificar as lutas pelos empregos e salários. Qualquer demissão em uma fábrica, na realidade, atinge o conjunto da classe operária. É como tirar um pedaço do corpo.

O Boletim Nossa Classe defende a organização dos operários da Mahle, Kostal, Renault, Embraer, Ford e muitas outras fábricas em um só movimento nacional pelos empregos e salários. Defende que as centrais e sindicatos convoquem imediatamente as assembleias e organizem um dia nacional com paralisação das fábricas, comércio, serviços em defesa dos empregos e salários, como ponto de partida de um amplo movimento.

A luta dos professores temporários de São Gonçalo, Rio Grande do Norte, contra as demissões se depara com a inflexibilidade do prefeito. As condições da pandemia e a ausência de um movimento geral em defesa dos empregos dificultam a vitória dos professores, apesar de manter a luta acesa há várias semanas. A campanha de moções teve receptividade e ajudou a elevar a resistência do movimento. Chamamos os sindicatos a intervirem com maior rigor em favor da luta pelos empregos. Abaixo publicamos a lista dos sindicatos que assinaram a moção, exigindo a reconstrução de todos os professores temporários.



Lista de todas as moções: 1) APEOESP – Subsele Itaquera / 2) APEOESP – Subsele Litoral Sul / 3) APEOESP – Subsele Caragatatuba / 4) APEOESP – Subsele Oeste Lapa / 5) APEOESP – Subsele de Mogi das Cruzes / 6) APEOESP – Subsele Atibaia / 7) APEOESP – Subsele Mauá / 8) APEOESP – Subsele Itapevi / 9) CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino / 10) SINPRO - Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos / 11) SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical Natal - RN / 12) Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN - SINTE/RN / 13) SINTEST/RN (Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do RN) / 14) SINDESIND/RN - Sindicato Estadual dos Empregados em Entidades Sindicais, Associações, Escritórios, Consultórios, Centrais Sindicais, Partidos Políticos, Federações e Confederações do RN / 15) SINDIPROL/ADUEL - Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região / 16) SINDSEP - Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo / 17) CSP-CONLUTAS/SP - Central Sindical e Popular / 18) Grêmio Estudantil da Escola Adalgisa Bonfim Soares (Fortaleza/CE) / 19) União dos Estudantes Secundaristas Potigüares - UESP / 20) DCE UFRN, Centro Acadêmico dos Estudantes de Filosofia da UFRN - CAFIL, Representantes Discentes CCHLA, Juntos, Luta Educadora e Corrente Proletária na Educação / 21) Sindicato dos Bancários/RN / 22) SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião/SP / 23) Pastoral Operária Metropolitana de SP / 24) Sindicato dos Metroviários de São Paulo/SP / 25) FNP - Federação Nacional dos Petroleiros / 26) Sindicato dos Professores Municipais de Cubatão - SindPMC / 27) CRECE CENTRAL - Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola de SP / 28) SINDEMA - Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

RESPOSTA AO FUNDEB

Os boletins *Corrente Proletária na Educação do Ceará* e *São Paulo* demonstraram que a avaliação dos reformistas e da burocracia sindical de que houve uma vitória da educação com a aprovação do Fundeb no Congresso Nacional é uma meia verdade. Não se pode considerar apenas o embate entre o projeto dos deputados e as emendas de Bolsonaro. Eviden-

temente, a rejeição das intervenções do ministro da Economia em pontos fundamentais do projeto significou uma derrota do governo. No entanto, há que considerar o valor intrínseco do projeto aprovado, diante da educação básica sucateada na maioria dos estados e municípios, da incapacidade de boa parte deles garantir o fundo, o seu grande endividamento

e a pequena participação do governo federal para complementar a insuficiência. Além do cálculo financeiro, é obrigatório considerar as barreiras sociais que atingem a maioria das crianças e adolescentes. É nesse sentido que os Boletins da *Corrente Proletária* rejeitam a meia verdade da burocracia sindical. Abaixo publicamos alguns trechos.

Ceará

O extrato abaixo conclui a análise crítica a dois pontos anteriores: “Como foi a aprovação quase unânime da PEC”; e “O que propôs a oposição burguesa alinhada ao reformismo e o que propôs a equipe econômica do governo”.

Os limites do Fundeb e as tarefas do magistério

A proposta de Novo Fundeb traz no seu bojo a meritocracia. Pela primeira vez, estados e municípios só receberão parte dos recursos se demonstrarem avanço no nível de aprendizagem de crianças e jovens. Além disso, o novo Fundeb, permanece adaptado à fragmentação do ensino em milhares de sistemas municipais, profundamente desiguais. As tentativas de superar as desigualdades com a redistribuição de recursos via mecanismo de Valor Aluno Anual Total apenas mostra que, em cada lugar, a escola e com ela, milhões de estudantes - está entregue à sua própria sorte. A reivindicação democrática de elevação cultural das massas e acesso ao ensino a todos em todos os níveis não poderá mais ser solucionada na etapa de decadência do capitalismo. A reivindicação de que as instituições de ensino calculem seu próprio orçamento e lutem por ele, é antagônico à política burguesa de que as escolas devem se virar com o que recebem. Para a burguesia, a escola deve se adaptar à falência de seu regime. Para nós é preciso mostrar aos estudantes, pais e professores que as necessidades da educação se chocam com o parasitismo da dívida pública, que consome centenas de bilhões/ano. O problema fundamental da escola, porém, não diz respeito ao financiamento, mas ao fato da escola estar separada da produção social e reproduzir a divisão de classe entre os que pensam e os que fazem (teoria e prática). Além disso, nenhum financiamento novo para a educação pode-

rá solucionar a aprendizagem se as famílias continuam a sofrer as terríveis chagas do capitalismo: fome, miséria e desemprego. Eis porque os trabalhadores em educação precisam incorporar às bandeiras de defesa do ensino público, a reivindicação de emprego a todos e salário mínimo vital, que assegure condições de vida digna a uma família de 4 pessoas.

As direções do movimento responderam ao problema do Fundeb com um chamado amplo para a realização de manifestações virtuais e pressão parlamentar. Assim foi na Câmara, assim será no Senado. Negaram-se a convocar assembleia presenciais e grandes atos de rua nos estados e capitais. O respeito à política do isolamento social da burguesia (contrário à organização dos explorados sob os métodos da ação direta) e a pressão parlamentar via postagens na internet, pareceu, para milhões de professores, o mais correto a se fazer. A vitória na Câmara, fortalece, assim, a autoridade das burocracias sindicais. Contudo, a lua de mel entorno da aprovação do Fundeb passará, novos ataques entrarão na ordem do dia e, com eles, crescerá a pressão para a ação coletiva como resposta. Lembremos que a aliança temporária de governos e parlamentares com as burocracias sindicais para a aprovação do Fundeb ocorre após a provação do profundo golpe nas condições de vida representado pela maldita reforma da Previdência. O Congresso e o governo preparam-se, agora, para a reforma tributária e outras contrarreformas; nos municípios, a implantação da reforma da previdência, já está em marcha. É preciso que os trabalhadores em educação rompam a passividade imposta pela burocracia e retomem o caminho das assembleias democráticas e da ação coletiva nas ruas para garantir os empregos, salários, direitos e melhores condições de trabalho.

São Paulo

Daí o discurso das burocracias sindicais assumir um caráter oportunista e demagógico, a exemplo da direção da Apeoesp, que abusou do tom existista, dizendo: “contribuímos de forma decisiva para que se criasse na sociedade paulista a necessária pressão sobre a Câmara dos Deputados”. E como se deu a tal pressão? “Foram realizadas audiências públicas, encontros e lives, nesse tempo de pandemia. Foram realizadas, ainda, pesquisas e publicados materiais explicativos e de mobilização. Nas redes sociais alavancamos a hashtag #votafundeb. Coletamos assinaturas em manifesto eletrônico e inundamos e-mails e whatsapp de deputados com nossas mensagens”.

A burocracia precisa colocar a realidade de cabeça para baixo para jogar confetes em si mesma. Não fez nada de efetivo, permanecendo esse tempo todo debaixo da política burguesa do iso-

lamento social, fazendo ações virtuais completamente inócuas. O Fundeb, todavia, acabou sendo aprovado apesar do imobilismo da direção. Evidentemente, não podia perder a oportunidade de reclamar a sua autoria. Sabemos que a burocracia é ávida por apresentar à sua base qualquer medida como “grande vitória”.

(...)

Como se vê, as raízes da falência do ensino são muito mais profundas e, por isso, a burocracia sindical acaba jogando um papel reacionário ao alimentar ilusões junto ao professorado quanto aos efeitos supostamente milagrosos, decorrentes da manutenção do Fundeb. Em outras palavras: como as direções já estão “cantando vitória”, os trabalhadores ficarão esperando por uma solução que não virá. A crise da Educação permanecerá como uma chaga.

O papel da vanguarda com consciência de classe é justamente o contrário: devemos falar a verdade aos trabalhadores, mostrando que os problemas mais candentes enfrentados no chão de escola não passam de sintomas de uma crise muito maior e profunda; que temos de enfrentar essa raiz combatendo cada uma de suas manifestações concretas; que a luta pela preservação e aumento das verbas deve fazer parte da mobilização mais ampla contra os ataques da burguesia sobre os explorados; que

é preciso defender o financiamento integral da Educação pelo Estado; que não podemos abandonar a defesa do caráter público, gratuito, para todos e em todos os níveis da Educação; que esta deve ser vinculada à produção social e sob controle dos estudantes e trabalhadores; é urgente a convocação das assembleias, para colocar em pé a resistência coletiva, com o método da ação direta, em defesa dos empregos, salários, direitos e condições sanitárias!

São Paulo

O Boletim da corrente Proletária na Educação - publicação conjunta dos estaduais e municipais - responde ao anúncio do governador e do prefeito sobre o retorno às aulas presenciais. Publicamos a sua conclusão:

(...)

A Corrente Proletária na Educação exige que as direções do Sinpeem, Apeoesp e demais sindicatos, incluindo a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) saiam do imobilismo, abram suas instâncias e convoquem as reuniões de base, com vistas na construção das assembleias. De nada adianta dizer que as ações presenciais nos exporiam ao risco de contágio. É preciso encarar o problema de frente: o isolamento social, que sempre foi parcial, agora foi rompido por completo. Sem a resistência unitária dos trabalhadores e famílias, prevalecerá o plano de retorno ditado pelo poder econômico. Aí sim o resultado será desastroso, com uma infinidade de contaminados e mortos.

Aumenta o número de demitidos na educação durante a pandemia

(...)

Segundo a Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual de SP), mais de 35 mil trabalhadores da rede sofrem com a falta de aulas, ficando sem salário, situação que atinge principalmente os professores temporários (Categoria O) e eventuais (categoria S e V), sem ao menos ter direito ao mísero auxílio emergencial de R\$ 600,00. Na Educação privada, a situação não é diferente. Sem as aulas presenciais, a inadimplência se ampliou e o pagamento dos salários começou a ser prejudicado.

(...)

O papel mais elementar que as direções sindicais deveriam cumprir era o de rejeitar energicamente as demissões, seguindo o princípio de que emprego não se negocia, defende-se com luta. A via das petições e atividades virtuais são inócuas, tal como o recurso à Justiça burguesa. A Corrente Proletária na Educação defende

São Paulo

O Boletim da Corrente Proletária na Educação dirigido à carreta ao Palácio dos Bandeirantes fez o chamado: "Que a direção da Apeoesp convoque amplamente a assembleia estadual presencial! Que os professores coletivamente, em assembleia, decidam o retorno ou não das aulas presenciais! Que a assembleia aprove como enfrentar as demissões dos professores contratados! Chega de decisões on-line! Ganhem as ruas!"

a convocação das assembleias e comitês presenciais, com a mais ampla unidade dos assalariados, para erguer a resistência coletiva. Ao mesmo tempo, coloca a necessidade de formar as frações revolucionárias no seio de cada categoria, para enfrentar a burocracia corrompida e, assim, retomar os sindicatos como ferramenta de luta.

O Boletim da Corrente Proletária faz a campanha da bandeira do POR "Pôr em pé um movimento pelo emprego, salário e proteção sanitária! Que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias. Unir empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais!"

São Paulo

O Boletim Juventude em Luta- Corrente Proletária Secundarista faz campanha pela bandeira "É preciso colocar em pé uma frente única em defesa da vida das massas". Diz:

(...)

Que as entidades e os grêmios estudantis abandonem a conciliação, convoquem as assembleias, elaborem uma plataforma de reivindicações e organizem a luta com o método da ação direta. As reivindicações devem partir das mais imediatas, como a manutenção da data escolhida na consulta e o rechaço ao ensino à distância, mas deve elevar-se aos problemas estratégicos da juventude: a defesa da educação pública, o fim do vestibular e o acesso universal da juventude ao ensino superior! Abaixo o ensino privado, expropriação sem indenização de toda rede privada de ensino sob o controle dos que estudam e trabalham! Emprego e salário para todos os jovens! Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora da produção social.

Nada de frente ampla em defesa do impeachment de Bolsonaro, que só desvia a luta para as eleições! Pôr em pé um movimento em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde pública

e defesa da proteção dos micros, pequenos e médios produtores, serviços e comércio contra as quebras! Denuncia o ENEM em janeiro como mais uma imposição autoritária.

O Boletim faz a defesa da greve de fome dos professores bolivianos, que se sacrificam pela educação, saúde e trabalho.

O boletim Juventude em Luta apoia a greve de fome dos camaradas bolivianos e chama os professores e a juventude com consciência de classe no Brasil a levantar um grande movimento de luta, afinal os problemas que eles enfrentam lá não são diferentes dos problemas daqui.

O Boletim faz, também, a campanha contra a demissão de 186 professores temporários do município de São Gonçalo do Amarante, Rio Grande do Norte. Diz: A luta dos professores temporários, assim como os diversos movimentos que vêm ocorrendo, confirmam a linha geral do POR de que, com ou sem pandemia, as massas estão obrigadas a ir às ruas em defesa de seus empregos, salários e saúde.

Congresso da UMES

Carta aberta do Partido Operário Revolucionário ao Congresso da UMES, divulgada pelo Boletim extraordinário Juventude em Luta-secundarista. Um Congresso realizado pela internet não tem como cumprir o método da discussão e decisão coletivas. Defende a “trilha dos atos de rua, da ação direta das massas”. Afirma: “Estamos diante da necessidade de lutar por um plano de emergência, que defenda emprego e salário à juventude; (...) Conclui: De nada adian-

ta dizer que as ações presenciais nos exporiam ao risco de contágio. É preciso encarar o problema de frente: o isolamento social, que sempre foi parcial, agora foi rompido por completo. Sem a resistência unitária dos estudantes, trabalhadores e famílias, prevalecerá o plano de retorno ditado pelo poder econômico. Aí sim, o resultado será desastroso, com uma infinidade de contaminados e mortos. É preciso pôr em pé um movimento por emprego, salário e em defesa da saúde e educação públicas!”

Rio Grande do Norte

Quebrar a intransigência do prefeito Paulo Emídio, com os métodos próprios dos explorados



No Massas anterior, dissemos que o prefeito Paulo Emídio não havia se reunido com os professores. Diante disso, a comissão dos professores temporários apresentou um ofício na prefeitura, marcando a audiência para o dia 22 de julho, às 11h. Neste dia, o movimento realizou novo ato nas ruas com caminhada até a prefeitura. Foi o maior ato realizado até então. O prefeito, dessa vez, teve de ir à prefeitura, pois tinha um compromisso com a Justiça Eleitoral. Porém, se negava a receber o movimento, e disse, através dos funcionários da recepção, que o movimento buscasse o procurador ou o secretário de educação.

O movimento se manteve firme, posicionando à ocupação caso o prefeito não recebesse a comissão. A palavra de ordem era: “prefeito fuja, se não negociar, vai ter ocupação!”. Diante da recusa do prefeito, os professores se dividiram em dois grupos e cercaram as duas saídas da prefeitura. O prefeito ficou acuado no seu gabinete por cerca de duas horas. Nos fundos da prefeitura, os professores batiam nas portas e janelas, enquanto o outro grupo conseguiu entrar empurrando a porta da recepção. O prefeito chamou o secretário de defesa. A guarda municipal já estava presente e uma viatura da polícia militar chegou escoltando o secretário de defesa. O prefeito saiu acuado da prefeitura, marcando a audiência para o dia 28, quinta-feira, às 14 h.

No dia 28 de julho, foi realizado o quinto ato na frente da prefeitura. Estiveram presentes os dirigentes do sindicato de Ceará-Mirim, que também intervieram no microfone. Neste dia, a guarda municipal foi reforçada. O prefeito estava presente na audiência com dois secretários, mas não negociou a pauta. Disse que a reintegração se daria com o retorno das aulas, ou se o procurador do município desse o parecer legal dos professores temporários. Também não avançou no pagamento da jornada suplementar.

Dos cinco que foram negociar com o prefeito, os dois professores temporários saíram “decepcionados”. E passaram esse sentimento para os outros professores, em assembleia. O movimento sabia que estava numa fase delicada, pois tinha que acumular forças. No último ato, todos falavam em ocupação, mas a comissão não encarnou essa tarefa no sentido de encaminhá-la concretamente. No interior da comissão, e também em setores do movimento, havia também uma tendência a favor de apostar as fichas na justiça burguesa, que acabou ganhando força nesse último ato, após a negativa do prefeito.

A direção do SINTE, núcleo SGA (Muda Sinte/PSTU), com exceção de um diretor, colocou a discussão da ocupação para baixo, argumentando uma série de problemas de uma possível ocupação, caso a categoria aprovasse. Uma forma de ser contra a ocupação, sem dizer abertamente. Os militantes do POR disseram que o prefeito não apresentou uma proposta e o movimento tinha de responder com a ocupação, tinha de avançar na luta, ou seja, radicalizar. Foi para a votação: 5 votos a favor da ocupação, 8 contra (4 votos eram de membros da comissão dos temporários). A maioria da direção do SINTE se absteve. Na hora da votação, alguns professores já haviam saído, e outros não votaram. A não aprovação da ocupação foi muito ruim para o movimento. A assembleia encaminhou duas atividades: um ato para o distrito de Santo Antônio, dia 3 de agosto, às 9h, e a aprovação na participação no ato do recém-criado Fórum de Servidores de SGA, no dia 10 de agosto.

O POR realizou uma campanha nacional com moções de apoio, boletins, faixas, bandeira, interveio com microfone, organizou cartazes para a mobilização e divulgou nas redes sociais locais. O movimento dos temporários de SGA, graças ao método da ação direta, teve o feito de tornar conhecida sua reivindicação não só a nível local, mas a nível estadual e nacional. Apontou o caminho da luta, justamente no momento da pandemia, em que há uma forte pressão para que os explorados não se mobilizem, e uma diretriz das direções sindicais de subordinação à política burguesa de isolamento social. Sofreu do isolamento político e teve pela frente a conduta de um prefeito autoritário que sequer negociava com a comissão. Mesmo assim, o movimento foi capaz de assumir um nível de radicalidade a tal ponto de deixar o prefeito momentaneamente acuado dentro prefeitura. Sabemos que a vitória do movimento depende de quebrar o isolamento, da coesão de todos os demitidos e da unidade com os professores efetivos. Será a força coletiva do movimento que fará o prefeito recuar.

Pernambuco

Usineiros e latifundiários aterrorizam camponeses na Mata Sul

Sob a pandemia, os conflitos agrários estão se intensificando em Pernambuco, em especial na Mata Sul. A região, marcada pelos canaviais e usinas, segue sob o domínio dos latifundiários, que recrudescem a violência para expulsar os posseiros, os quais estão nas terras há décadas. No último dia 16/07, o posseiro Edeilson Alexandre, ativo na luta contra a empresa, foi alvejado por vários tiros. Logo circularam os avisos da existência de uma lista, em que mais dez posseiros estão marcados para morrer. Das 70 famílias que vivem no Engenho Fervedouro (Jaqueira-PE), algumas há seis décadas, duas já fugiram com medo. Edeilson segue internado em estado grave.

Seguindo um ditado da região, as usinas falem, mas não os usineiros. Por meio de um esquema fraudulento recorrente, a Usina Frei Caneca foi arrendada, em 2013, e a exploração da terra foi cedida, em 2018, para Guilherme Cavalcanti de Petribú de Albuquerque Maranhão, dono da empresa Agropecuária Mata Sul S/A. A manobra dá uma cobertura legal para a grilagem, e faz com que as dívidas fiscais, previdenciárias, trabalhistas – com agricultores e o estado –, que totalizam mais de R\$ 200 milhões, não sejam pagas. Crescem as medidas de terror, por parte de policiais, seguranças, e do próprio latifundiário, que já tentou atropelar camponeses. A expulsão dos posseiros tem como objetivo preservar a concentração das terras na região. A transformação da usina em pastagem é o pretexto para a destruição dos roçados e cercamento das terras. Deve-se ressaltar que a mesma família é dona de outras usinas em toda região da Zona da Mata de Pernambuco, com usinas no município de Carpina e Limoeiro.

Os latifundiários têm agido em conluio com policiais, juízes e o governador, que é do PSB, mesmo partido que o irmão de Guilherme Maranhão, que é prefeito de Ribeirão, cidade vizinha. Um mês antes do atentado, as casas de Edeilson e outros camponeses foram alvos de mandado de busca e apreensão, no Engenho Fervedouro. A juíza que autorizou a ação trata os camponeses como membros de uma quadrilha que prejudica a empresa, e afirma

haver indícios de que são envolvidos com tráfico de drogas e de armas. A operação contou com várias viaturas, delegados, policiais civis e militares. Devassou doze endereços da comunidade, afirmou ter encontrado três armas de fogo, e chegou a levar uma das mulheres e seus filhos à delegacia. Lá havia fotos da trabalhadora em uma das manifestações contra a agropecu-



Sob o governo Bolsonaro, a direita, militarização e as tendências fascistas reforçam a violência que envolve o agronegócio e a especulação com as terras.

ária. Os policiais procuravam por “Maria da Associação”, mais uma comprovação de que a ação intimidatória é parte da criminalização e perseguição política.

São várias as formas de violência usadas pelos latifundiários: vigiam as famílias com drones e câmeras; controlam os acessos, com seguranças fortemente armados e militares da reserva; intimidam os moradores, toda vez que uma câmera ou poste é danificado; policiais acompanham as ações repressivas da segurança privada; helicópteros sobrevoam as plantações e rios, e despejam agrotóxicos como arma química – inclusive o veneno usado (tordon) tem componentes do napalm –, intoxicando camponeses, matando animais e destruindo plantações de alimentos. A comunidade, que tem famílias que lá vivem, há sessenta anos, resiste com denúncias e ações diretas, como a destruição de cercas que impedem o acesso a terras e água.

Na região, cenas semelhantes se repetem. No dia 09/07, no município vizinho, Maraial, os camponeses do Engenho Batateiras tiveram suas terras invadidas por retroescavadeiras, que destruíram cercas e bloquearam estradas, por trás da ação estava a empresa Consultoria e Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A violência dos latifundiários é estrutural. O município de Jaqueira, no passado, foi aldeamento indígena, e depois refúgio de quilombolas. As grandes propriedades se ergueram sobre a matança de índios e a exploração dos negros escravizados e trabalhadores rurais. Seja sob os governos democráticos ou ditatoriais, os interesses

dos latifundiários foram preservados, com a proteção da lei e o uso das forças policiais, como capangas dos fazendeiros. Sob o governo Bolsonaro, a direita, militarização e as tendências fascistas reforçam a violência, que envolve o agronegócio e a especulação com as terras.

A entrega da terra aos camponeses que nela trabalham não será cumprida pela burguesia. A expulsão se dá pelo estrangulamento econômico, fome, uso da justiça burguesa ou dos jagunços. O fim do latifúndio é parte do programa agrário do proletariado, esta tarefa é base para a aliança operário e camponesa. A luta pela terra precisa se dar no campo da independência de classe, sob a bandeira do governo operário e camponês, fruto da revolução proletária. Os crimes da burguesia agrária, dos latifundiários e dos seus capangas engravatados e fardados só poderão ser julgados pelos próprios explorados, por meio de Tribunais Populares. As medidas de ação direta e autodefesa devem ser impulsionadas.



Trágicas consequências causadas pela pandemia

Educação no fundo do poço

Em todo Brasil, os governos discutem a retomada das aulas, que estão suspensas, desde o início da pandemia, em março. O retorno está ligado à pressão de diversos setores da economia, que exigem do governo o fim da quarentena. Nesse aspecto, é importante dizer que o POR foi o único partido a separar o caráter científico da quarentena da condução burguesa do isolamento social. Mostrou que a burguesia não poderia garantir proteção sanitária e empregos para a maioria oprimida. O que os governos fizeram foi dividir os trabalhadores. Uma parcela ficou em quarentena, enquanto outra foi obrigada a enfrentar os ônibus e metrô lotados para ir ao trabalho, exposta assim ao contágio. Fez campanha de que era preciso que os sindicatos convocassem as assembleias, para que coletivamente os explorados aprovassem um plano próprio de emergência e o método de luta para conquistá-lo. Denunciou a conduta das direções sindicais, de desmarcarem o Dia Nacional de Luta, em 18 de março, que poderia ser o ponto de partida para a organização dos trabalhadores para enfrentar as duas crises: sanitária e econômica.

Depois de 4 meses, a situação é trágica para enormes contingentes da população. A burguesia e os governantes, inclusive os que criticavam os bolsonaristas, como Doria, suspenderam o isolamento social. Os trabalhadores, na sua quase totalidade, voltaram para o trabalho, e os informais, para o comércio de rua. Novamente, as direções sindicais não organizaram o retorno. Os resultados estão aí: demissões, salários rebaixados, aumento do desemprego e subemprego.

Até o momento, um dos poucos setores que permanece em isolamento é o da educação. Há, agora, uma enorme pressão dos capitalistas da educação para que os governos suspendam a quarentena e anunciem o retorno às aulas presenciais. Certamente, os trabalhadores da educação voltarão carregando o peso das demissões – tanto nas escolas privadas quanto nas públicas, a exemplo dos contratados – e dos cortes de salários e direitos. Uma parcela dos estudantes abandonou os estudos, e os que se sujeitaram com as aulas on-line, pouco ou quase nada aprenderam.

Capitalistas da educação responsabilizam os governantes pelas perdas

Entre os capitalistas que pressionam os governos para a volta as aulas estão os donos dos conglomerados educacionais, que, diante da crise pandêmica, viram seus negócios ruírem. Dados indicam que, só em abril, a taxa de inadimplência nas universidades aumentou 72,4%, em comparação com o mesmo período do ano passado. Hoje, um a cada quatro (26,3%) dos universitários não está em dia com as mensalidades. O mesmo estudo mediu a taxa de evasão. Segundo o levantamento, o percentual de alunos que desistiu do curso ou trancou a matrícula, em abril, aumentou 32,5%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. A taxa, que era de 2,1%, subiu para 2,8%. Seguindo a mesma tendência, uma pesquisa, encomendada pela União pelas Escolas Particulares de Médio e Pequeno Porte, aponta a possibilidade de fechamento de 30% a 50% das escolas particulares, pós pandemia. Diz que em 95% destas escolas houve o cancelamento de matrículas. Faz parte da lista das escolas já fechadas, o Colégio Estella Mares, de Guarulhos, O Integral e o Nautas, de Campinas, escola Maxwell, de

Brasília e a Organização Educacional Evolutivo, no Ceará.

Os capitalistas da educação se utilizaram da MP 936 para decretarem férias coletivas, reduzir salários e suspender os contratos. Uma boa parte aproveitou a pandemia para demitir, como foi caso da Uninove, que demitiu 300 trabalhadores, justificando os altos índices de inadimplência e evasão escolar. Agora, pressionam os governadores para a retomada das aulas presenciais, como forma de reaver seus negócios.

Decisão dos governantes

O MEC definiu o retorno as aulas por meio de “protocolo”, que, segundo o governo, foi organizado por uma equipe de médicos e especialistas. As medidas são: uso de máscara, medição de temperatura no acesso às áreas comuns, disponibilização de álcool em gel, volta ao trabalho de forma escalonada, ventilação dos ambientes, possibilidade de trabalho remoto aos servidores do grupo de risco, reuniões e eventos a distância, distanciamento de pelo menos 1,5 m, entre outros.

A partir das diretrizes do MEC, 9 estados e o Distrito Federal já sinalizaram para a volta as aulas, são eles: Maranhão, 10 de agosto; Rondônia, agosto sem dia definido; Tocantins, 3 de agosto; Rio Grande do Norte, 17 de agosto; Distrito Federal, 31 de agosto. Voltam em 8 de setembro, São Paulo, Acre e Santa Catarina; Piauí prevê a volta para 22 de setembro; Paraná, em setembro, sem data definida. Algumas capitais também sinalizam para o retorno, é o que se passa com o Rio de Janeiro, onde o bispo Crivela ordenou a retomada das aulas, em 3 de agosto. Na capital de São Paulo, Bruno Covas/PSDB informou que o retorno se dará apenas com os anos de final de ciclos do ensino infantil, do ensino fundamental e médio. Disse que os alunos de uma turma poderão ser divididos em mais de uma sala, para respeitar o distanciamento de 1 metro por criança.

Certamente, a preocupação dos governos é com o encerramento do ano letivo. A hipocrisia de Doria e Covas de “salvar vidas” caiu por terra, diante da pressão do poder econômico. Nesse momento, disseram que farão uma consulta aos pais, se desejam ou não o retorno às aulas.

Novamente, as direções sindicais se recusam a organizar coletivamente os trabalhadores da educação. Convocar assembleias presenciais para aprovar o caminho para enfrentar a dura crise sanitária, e garantir os empregos e salários dos professores contratados. Seguem com os sindicatos fechados e com as decisões virtuais.

Por trás do EaD, estão as demissões e privatização

Há mais de 10 anos, o POR lançou um Folheto do “Educação a Distância, Excrescência do Capitalismo”. Em linhas gerais, o folheto mostra que a crise da educação pública é parte da crise estrutural do capitalismo. Que, em sua fase de decomposição, precisa destruir as forças produtivas, e a educação é parte delas. Mostra que o EaD faz parte dos projetos privatista e mercantilista da educação pública. Na sua fase progressista de desenvolvimento das forças produtivas, a burguesia precisou libertar a educação dos grilhões do modo de produção feudal. Na fase de decomposição do capitalismo, de destruição de parte das forças produtivas, a burguesia e seus governos se vêm desfazendo da responsabilidade

de de sustentar a educação para amplas massas oprimidas.

É bom lembrar que o EaD ganhou força nos governos do PT, com a criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2006, por exemplo. Como dirigem a maioria dos sindicatos da educação, agora diante da imposição do EaD, não se posicionaram categoricamente em oposição à decisão do governo, de substituir as aulas presenciais pelas on-line. Defenderam apenas a regulamentação, para que possam limitar uma porcentagem mínima dessa modalidade em relação ao ensino presencial, nas universidades.

Na Revista Proletária da Educação, lançada em setembro de 2019, o POR fez uma atualização de nossa primeira publicação, aprofundando a análise sobre o avanço do processo de regulamentação do EaD, a partir da Reforma do Ensino Médio e da BNCC. Evidenciou o aprofundamento das medidas de destruição da educação, no governo Bolsonaro, como a questão da militarização das escolas, e do crescimento do obscurantismo. Mostrou o aprofundamento da privatização e mercantilização, a exemplo do “Future-se”. Assinalou que, em 10 anos, o EaD cresceu cerca de 375,2%, enquanto o presencial cresceu 33,8%. Concluiu, dizendo que essa modalidade só pode crescer em detrimento da destruição do ensino presencial, sobretudo do ensino público.

Os governos encontraram uma excelente brecha para a imposição do EaD durante a pandemia. Antes, não obtiveram sucesso, pois, contavam com a resistência dos professores. Os governos tentam, também, consolidar várias plataformas digitais. Os alunos, em sua grande maioria, não atenderam ao chamado do ensino a distância. O boicote, por parte dos alunos, apesar de ser instintivo, se deve a alguns fatores concretos, como as suas condições precárias, impeditivas ao acesso às tecnologias. Uma parte do professorado ainda não percebeu a ameaça que é o EaD aos empregos, salários e direitos.

A Corrente Proletária rejeita o ensino a distância, porque rompe definitivamente com o debilitado vínculo entre a escola e o trabalho. Reforça o caráter memorístico e concorrencial da educação, próprio da fase de decomposição do capitalismo. Marginaliza a parcela de alunos que não têm acesso a tais plataformas. E impede a interrelação direta entre professores/alunos e vice-versa, necessária para a aprendizagem, que é sem dúvida um processo coletivo. Daí a importância de assinalar que a crise da educação não será sequer amenizada com a implantação do EaD. Ao contrário, a possibilidade de resolver os graves problemas da educação, entre eles a separação entre a teoria e a prática, virá da luta coletiva, partindo das reivindicações elementares, como a defesa do ensino público, e do método da ação direta. Por meio desse embate, é que a vanguarda mais consciente de estudantes e professores se colocará em favor do programa da classe operária de transformação do capitalismo em socialismo.

Que as assembleias presenciais decidam sobre o retorno ou não das aulas e o caminho da luta

Desde o anúncio do retorno às aulas, boa parte dos professores tem se manifestado contrários. Mostram-se aterrorizados, com o crescimento da pandemia e com milhares de mortes. Sabem que as escolas são precárias, e não há como modificá-las, de uma hora para outra. Apoiam-se no argumento de que o contágio será inevitável, porque as crianças e jovens tendem a se aglomerar. Os governos de alguns estados, por sua vez, dizem que estão fazendo uma consulta aos pais, alunos e professores sobre o retorno das aulas. Não querem comparecer como responsáveis pelas consequências negativas desse retorno.

(..) a crise da educação não será sequer amenizada com a implantação do EaD. Ao contrário, a possibilidade de resolver os graves problemas da educação, entre eles a separação entre a teoria e a prática, virá da luta coletiva, partindo das reivindicações elementares, como a defesa do ensino público, e do método da ação direta.

Em São Paulo, uma parcela dos professores está resistente à proposta de exigir que a direção da Apeoesp convoque a assembleia presencial, para que a decisão do retorno ou não das aulas seja coletiva. E delibere como enfrentar os ataques do governo, que não pararam durante a pandemia, a exemplo da contratação de professores, pagamento, cobrança da Previdência aos aposentados, evasão escolar, fechamento de salas, etc. A experiência vem mostrando que as decisões on-line não têm servido para pressionar o governo.

A Corrente Proletária vem, desde o começo da quarentena, defendendo que a direção da Apeoesp rompa com a política burguesa do isolamento social, e organize a luta coletiva. Daí as propostas de reuniões de REs, Conselho Estadual e assembleia presenciais. Vem mostrando que a maioria dos trabalhadores já voltou ao trabalho, enfrentando toda sorte de desgraça, demissões, redução salarial, etc. E que a burguesia e governantes vêm descarregando o peso da crise sanitária e econômica sobre a maioria explorada. Nesse sentido, tem defendido que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias, constituam os comitês de luta e organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisação, para impor as reivindicações elementares de emprego, salário, direitos e saúde pública. Os professores, isolados em suas casas, não têm como defender suas reivindicações, que incluem a luta pelo direito à saúde pública a todos.



Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.



Rondônia

Governador e Prefeito anunciam o retorno das aulas **O que fazem as direções sindicais?**

No dia 17 de março, foram suspensas as aulas presenciais. O governo impôs o ensino remoto. Isso tem gerado diversos problemas para alunos e professores. Para os professores, há uma sobrecarga de trabalho em função das cobranças feitas pelas secretarias de educação. Por outro lado, as escolas continuaram funcionando mantendo o serviço burocrático. São funcionários que se revezam, para dar conta dos serviços exigidos pelas secretarias das escolas estaduais e municipais. No município de Porto Ve-

lho, os professores eram obrigados a ir às escolas para entregar atividades aos pais de alunos, que recebem também os kits merenda.

Agora, A Secretaria de Educação do município montou um comitê de retorno às aulas, no qual participam, a Semed, o Conselho Municipal de Educação, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sintero) o Sindicato de professores (Sinprof), a Secretaria Municipal de Saúde e a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, além do Ministério Público.

Portanto, governo e direções sindicais planejam o retorno às aulas.

O fato é que a maioria dos trabalhadores já voltou ao trabalho e o governo enfrenta a pressão dos capitalistas da educação para o retorno das aulas presenciais nas escolas públicas e privadas. A direção do sindicato, ao invés de convocar assembleia (presencial) para discutir coletivamente o retorno ou não das aulas e um plano de defesa das condições de vida e saúde, se juntou com os governantes para decidir a volta às aulas.

Atos em São Paulo

Servidores Municipais

Duas manifestações foram convocadas on-line pelos sindicatos cutistas. Contaram com a presença de algumas correntes de esquerda e políticos do PT. O Sindsep (Sindicato dos servidores municipais, dirigido pela corrente petista o Trabalho) encabeçou os movimentos. No primeiro ato, reuniu cerca de 100 pessoas, a maioria da área da saúde, particularmente do Hospital do Campo Limpo, que está ameaçado de ser terceirizado e entregue as OSS. A maioria das intervenções foi de denúncia às precárias condições da saúde e do processo de terceirização e parcerias com as OSS.

O POR interveio com o boletim e uma fala. Além de denunciar a privatização e a situação precária que é submetida os trabalhadores da saúde, defendeu a necessidade urgente das centrais e sindicatos organizarem um Dia Nacional de Luta, com paralisação, o que significa iniciar com a convocação de assembleias presenciais. Mostrou a importância da unificação das lutas para enfrentar as demissões, desemprego, subemprego e redução salarial, que golpeiam a maioria explorada. Resaltou que é com independência de classe e com os métodos próprios da classe operária que combateremos a política dos governantes. Concluiu com a leitura da Carta aos trabalhadores, manifesto divulgado pelo POR.

Terminado o ato, os presentes foram em passeata até a Câmara de Vereadores para se juntar ao ato da educação municipal, chamado pelos sindicatos Sedin, Aprofem, contra o PL 452. Cabe ressaltar que o maior sindicato da educação, o Sinpeem, dirigido pelo Compromisso e Luta, partido Cidadania, não convocou para a manifestação. O burocrata se limitou a ficar dentro da Câmara, participando do jogo burguês a favor e contra o PL.

A espinha dorsal do PL 452 é garantir compra de vagas na rede privada para crianças da educação infantil. Secundariamente, fala em medidas para, supostamente, garantir o retorno

às aulas presenciais em 08/09. Embora a maioria dos professores seja contra o PL, a forma virtual de mostrar a rejeição não imporá derrota ao plano do prefeito Covas, porque é passiva. A manifestação presencial não teve a força suficiente para impor derrota ao governo. O permitiu a primeira votação do PL e garantiu 32 votos a favor do PL e 16 contrários. Se não houver uma reação ativa dos trabalhadores da educação, mais uma vez o prefeito e sua base de vereadores imporão seu plano, que é de privatização.

Apeoesp realizou carreata em direção ao Palácio dos Bandeirantes

No dia 29 de julho, a Apeoesp realizou uma carreata em protesto contra o retorno às aulas em setembro, sem as condições sanitárias. Fazia parte da pauta também a questão dos professores contratados (categorias S, O e V), que se encontram sem salário. A concentração do ato se deu em frente ao Estádio do Morumbi, próximo ao Palácio dos Bandeirantes, para onde os manifestantes pretendiam se dirigir. A polícia, no entanto, impediu a carreata de seguir até o local pretendido. Os professores, então, decidiram subir a pé mesmo, sendo novamente barrados pela PM, a mando do governador Doria/PSDB.

A Corrente Proletária na Educação esteve presente com a sua política, que é de defesa da convocação de uma assembleia presencial da categoria, para que esta decida se deve voltar ou não ao trabalho em meio à pandemia e, ao mesmo tempo, para que organize a luta em defesa dos empregos, salários, direitos e proteção sanitária. Contra as manobras judiciais, parlamentares e as ações virtuais inócuas, a Corrente Proletária defendeu e defende que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um dia nacional de luta, com paralisação e que constituam uma frente única em defesa das reivindicações dos explorados.

Congresso da UMES-SP

No dia 22 de junho, ocorreu, de forma on-line, o 27º Congresso da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas/SP). Estava previsto para acontecer presencialmente esse ano, mas foi suspenso com o início da pandemia. Voltou a ser convocado, dessa vez às pressas, com a desculpa de que havia uma pressão burocrática que ameaçava acabar com o passe-livre dos estudantes, caso a entidade, que é responsável por tal aparato, não estivesse regularizada, ou seja, com uma nova direção eleita.

A convocação, feita com apenas um mês de antecedência, resultou em uma participação limitada dos estudantes, partindo, na verdade, de uma seleção a dedo dos delegados. Não há novidade alguma nisso, há décadas a entidade funciona como um aparato controlado pelos estalinistas do antigo MR-8 (que viraram PPL e depois ingressaram no PCdoB). No caso deste Congresso, a atitude foi justificada como uma “preocupação com a segurança”. No fundo, serviu para submeter um espaço, que deveria servir, em tese, como uma instância de amplo debate e deliberação da juventude, às decisões exclusivas do PCdoB.

A chapa única para direção da entidade foi eleita sem votos contrários ou abstenções, reconduzindo ao cargo o presidente e a vice-presidente da última gestão. Desse mesmo jeito, foram aprovadas as alterações no Estatuto, Regimento Interno e o Balanço Financeiro do Biênio anterior, com a ressalva de uma única abstenção a esse último, demonstrando que as votações não passaram de mera formalidade.

No momento do debate, puderam falar também suplentes e observadores, desde que inscritos previamente. A grande maioria das falas só reforçou a participação restrita aos simpatizantes e integrantes do próprio PCdoB, como o deputado federal, Orlando Silva, que aproveitou para tratar da importância da entidade em “ajudar a fazer uma frente ampla que seja de fato ampla, e não que se chame de ‘ampla’, mas dizendo que ‘esse ou aquele não pode fazer parte’”, se referindo a proposta das esquerdas (capitaneadas pelo PT), de fazer uma frente seja com quem for, desde que seja contra o Bolsonaro, para promover a saída institucional do impeachment.

Vale ressaltar, porém, a fala de poucos estudantes que destoraram da linha da direção, no sentido de expressar preocupação com a volta às aulas em setembro. Partiram da ideia de que a crise pandêmica ainda não terá passado até lá e assinalaram a completa ausência de condições materiais para um retorno seguro. Houve até quem tenha colocado corretamente a necessidade da resistência em aliança com os trabalhadores e comunidades, com uma campanha em defesa das condições de vida da juventude, com emprego, salário e direitos, além de enfrentar a pandemia lutando por um plano de emergência, que envolva a defesa da Educação e Saúde públicas, inclusive com a convocação das assembleias presenciais.

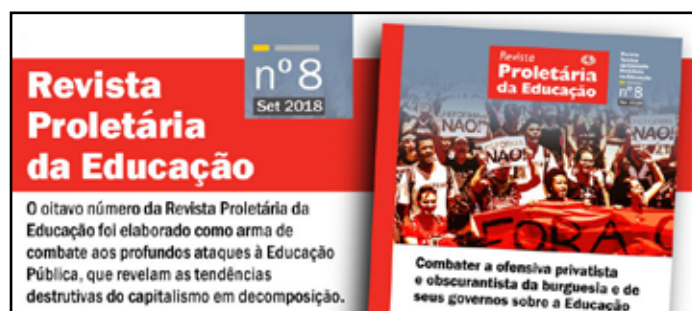
Essa linha estava em contradição com a política defendida pela direção da entidade. A saída encontrada pela direção foi de tentar contornar o problema, dizendo que era necessário “cobrar a estrutura correta para voltar com segurança”, e que fosse feito

um “rastreamento dos focos do coronavírus”, para que esses fossem mantidos em isolamento. O problema é que, na prática, já existe data marcada para o retorno. Isso porque os governos Doria e Covas, na verdade, respondem aos interesses da burguesia. Nesse momento, não há mais isolamento social, restando praticamente só a educação em quarentena. Daí a enorme pressão do poder econômico, materializada nas escolas privadas, para a retomada das aulas.

Como se tratava de um congresso burocrático e virtual, a direção sequer colocou em votação as propostas que se opunham à linha da direção. Está aí por que o Congresso não teve nenhum valor prático, cumpriu tão somente a formalidade de reconduzir na Umes a direção conciliadora e burocrática.

O fato que a direção da UMES se sujeitou à política burguesa do isolamento social. Agora, pressiona, em palavras, Doria e Covas para que mantenham a quarentena. Rejeita convocar os estudantes para coletivamente, em assembleia presencial, possam decidir sobre o retorno ou não das aulas e um plano próprio de defesa da escola pública, no momento em que os governos impõem o Ensino a distância. Como se tratava de um congresso burocrático e virtual, a direção sequer colocou em votação as propostas que se opunham à linha da direção. Está aí por que o Congresso não teve nenhum valor prático, cumpriu tão somente a formalidade de reconduzir na Umes a direção conciliadora e burocrática.

A tarefa da juventude com consciência de classe é a de trabalhar no interior das escolas para constituir uma direção de luta. Um ponto de partida é a construção dos grêmios estudantis, independentes e assentados em uma plataforma de defesa das reivindicações da juventude, que implica a luta pelo ensino público em todos os níveis, pelo fim da rede privada e a defesa de um único sistema de ensino, público, laico e voltado à produção social. Faz parte dessa plataforma a defesa do emprego e os estudos a todos os jovens, expresso na bandeira “Nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola. Nesse duro momento em que atravessamos, a defesa de um único sistema de saúde ganha força e permite a unidade com os setores explorados, que padecem com a pandemia. A constituição dessa fração revolucionária entre os secundaristas tem de apoiar na independência de classe e no método da ação direta. Dessa forma, partir das reivindicações imediatas e ligando-as ao programa proletário de destruição do capitalismo e construção do socialismo.



Comvest/Unicamp se recusa a utilizar ENEM em 2021

Com a definição do calendário do ENEM pelo INEP, a Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest) resolveu não utilizar as notas do ENEM para o ingresso na Unicamp em 2021, sob o argumento de incompatibilidade de calendários. Ocorre que as aulas da Unicamp estão previstas para começarem em 15 de março, enquanto as notas do ENEM serão divulgadas a partir de 29 de março. O argumento é tão fraco que a Unicamp pretende realizar a primeira chamada do vestibular tradicional no dia 10 de março, ou seja, quem ingressar nas chamadas posteriores do vestibular, o farão após o início das aulas. Observa-se que por uma pequena diferença, de forma completamente arbitrária, a organização resolveu abrir mão do ENEM.

A resposta proletária para o problema da educação está na luta pelo livre acesso à educação escolar e universitária, pelo fim do vestibular, pela expropriação dos monopólios de educação, pela constituição de um sistema único de educação, gratuita, laica, científico e vinculada a produção social, sob controle de quem estuda e trabalha.

Com a medida, as mais de 600 vagas do Edital ENEM-Unicamp, que correspondem a cerca de 20% do total de vagas de ingresso, foram transferidas para o Vestibular tradicional, mantendo os percentuais de reserva de vagas para egressos de escolas públicas e negros. Além disso, reabriu-se o período de solicitação de isenção da taxa de inscrição de R\$ 170,00. O resultado dessas isenções será divulgado em 14 de agosto, mas a primeira lista de isentos já registrou um recorde de 2 décadas com 9.724 candidatos isentos, o que sinaliza o aumento da miséria entre a juventude oprimida. Tanto em 2019 como em 2020, hou-

ve mais de 17 mil candidatos às vagas da Unicamp pelo ENEM. Destes uma ínfima minoria conseguiu ingressar e uma ampla maioria ficou sem o direito de estudar. Desta ínfima minoria aprovada na Unicamp pelo ENEM, cerca de 30% não foi aprovada por meio do vestibular tradicional, que é mais elitista.

Qual é a resposta?

A burguesia tem se valido da pandemia para justificar suas decisões de ataques a maioria oprimida. É preciso compreender que, essencialmente, há duas políticas diante da pandemia. Uma proletária, outra burguesa. A proletária tem como ponto de apoio à democracia operária e ação direta. A burguesa utiliza-se das negociações institucionais.

Questionado sobre a decisão da Comvest, o Presidente da UNE, Iago Montalvão (UJS), limitou a responsabilizar o governo federal por não “dialogar” com as universidades.

A resposta proletária para o problema da educação está na luta pelo livre acesso à educação escolar e universitária, pelo fim do vestibular, pela expropriação dos monopólios de educação, pela constituição de um sistema único de educação, gratuita, laica, científico e vinculada a produção social, sob controle de quem estuda e trabalha. Em cada instituição é preciso dissolver o sistema hierárquico e antidemocrático de tomada de decisões e construir um governo tripartite formado pelos estudantes, professores e funcionários. Este processo revolucionário na educação começa pela organização imediata dos estudantes e trabalhadores da educação em assembleias para decidir os rumos do movimento deste setor. Não cabe aceitar passivamente as imposições da burocracia das universidades e dos governos. Somente assim será possível superar esses desafios e garantir que a maioria oprimida tenha, de fato, o direito universal à educação.

REALIZADO O CURSO DE FORMAÇÃO NO LITORAL NORTE DE SP

No dia 26/07 a Corrente Proletária na Educação (CPE) realizou mais um curso de formação na subsede da APEOESP do Litoral Norte de SP. Foram lidos e debatidos dois textos: 1. O Manifesto do POR “Pôr em pé um movimento nacional em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública”; e 2. “Governos aproveitam a pandemia para impor o Ensino a Distância”, este último extraído da Revista Proletária da Educação número 10, que será lançada em breve.

Durante os debates, foi exposto a intensificação da aplicação do EaD na educação básica no período da crise sanitária do coronavírus, adotado em vários Estados e municípios como

“uma medida emergencial”, vencendo a resistência dos educadores, antes existente. Essa modalidade de ensino, que não é novidade, reduz gigantescamente a função social da escola, que é mais do que acesso ao “conteúdo pedagógico”, assim como esvazia os movimentos estudantis e dos trabalhadores deste setor. Essa modalidade de ensino torna ainda mais precária a relação de trabalho e desemprego, como exemplo o fechamento de diversas salas, em diversas escolas, da EJA e abertura de um polo CEEJA na região, anos atrás. O avanço do EaD é de interesse da burguesia, uma vez que o capital penetra a passos mais largos na educação pública, com destaque para

o ensino básico, onde há uma gigantesca quantidade de matrícula nas redes estaduais e municipais.

A política de isolamento social da burguesia também aprofundou ataques contra o conjunto dos trabalhadores, como a MP 936, redução de carga horária com redução salarial, avanço do desemprego, etc. São medidas que refletem o aprofundamento da crise econômica aberta em 2008, que atingiu a América Latina fortemente em 2015 e 2016 e o retorno de perspectivas negativas de crescimento econômico nos próximos meses. Neste cenário, os partidos de esquerda centrista, reformistas, centrais sindicais e sindicatos que se silenciaram por um longo período, e adotaram a política burguesa do isolamento social e transferiram as atividades para o meio virtual (com reuni-

ões, assembleias, eleições, etc.), quebram seu silêncio, após a quebra do isolamento social, apenas para levantar bandeiras como “impeachment”, quando se faz necessário a defesa do emprego, das condições de trabalho, saúde pública; assim como retomar o método histórico da luta de classes, que as “reuniões virtuais” mostraram severas limitações, evidenciando a necessidade de se retomar as atividades de forma presencial para que os explorados possam, verdadeiramente, fazer o enfrentamento contra seus exploradores, e não ficar à mercê de saídas burguesas para as crises econômica, política e sanitária. “Abaixo o governo Bolsonaro” e “por um governo Operário e Camponês” expressa a luta dos explorados pela defesa das condições elementares de existência.

Ceará

Realizada Escola de Quadros do POR

No dia 26 de julho, o POR realizou sua Escola de Quadros da regional Ceará. Contou com a participação da militância, contatos e simpatizantes. O tema da formação foi *A Lei do desenvolvimento desigual e combinado*, que teve por base extratos da obra de George Novack. As formações do POR são realizadas com regularidade e não obedecem a qualquer capricho intelectual ou poses diletantes. Tem por objetivo a formação dos quadros revolucionários capazes de analisar a realidade nacional para atuar sobre ela e transformá-la.

A *lei do desenvolvimento desigual e combinado* é uma lei científica que se aplica aos diversos modos de produção e sociedades. Formulada pela primeira vez por Leon Trotsky, indica que a desigualdade é uma das manifestações mais poderosas do processo histórico, isto é, da milenar luta dos seres humanos pelo domínio da natureza, a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Resumidamente, podemos dizer que: 1) é desigual porque nem toda sociedade alcança o mesmo grau de desenvolvimento no mesmo período histórico; 2) é combinado, pois há elementos de sociedades já superadas historicamente, que ainda permanecem na nova. Podemos utilizar o Nordeste do Brasil para melhor exemplificar. Nesta região, o capitalismo e suas indústrias, suas tecnologias produtivas no campo convivem com formas produtivas pré-capitalistas. Muitas empresas agrícolas, no sertão, produzem com alta tecnologia, irrigação balanceada, correção dos solos, iluminação adequada, utilização de insumos no qual o produto é colhido sem o ataque de pragas e melhoramento genético

das frutas, legumes etc. Por outro lado, convivendo com estas empresas modernas, temos uma produção de subsistência que é feita pela unidade familiar, utilização de enxadas, coivaras (colocar fogo nas brocas) como sistema de limpar a terra etc. O plantio e a colheita são realizados de acordo e em completa dependência do período climático, ou seja, uma produção totalmente submetida às forças da natureza. Tal modelo produtivo remonta à colonização, e, portanto, ao modelo pré-capitalista de produção.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é parte do programa revolucionário. Aplicada à compreensão da realidade nacional, nos permite observar o caráter desigual da economia brasileira e revelar as raízes dos profundos desequilíbrios (desigualdades) regionais, que tantos governos burgueses e economistas fracassaram na vã tentativa de superá-los, desde longa data. Por sua própria dinâmica, o capitalismo atrasado e tardio do Brasil, implantado de fora para dentro e submetido às leis do imperialismo, será incapaz de superar esta odiosa desigualdade regional, tal como o problema da seca, o domínio latifundiário, a miséria do campo, o analfabetismo e ignorância das massas sertanejas. Apenas a revolução proletária colocará na ordem do dia a solução das tarefas democráticas pendentes e estabelecerá, através da economia planificada, o desenvolvimento harmônico das várias regiões.

A atividade finalizou com um chamado aos presentes a dar um viva à Escola de Quadros e um viva à construção do partido operário revolucionário no Brasil.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Nesta edição:

- **Bolívia:** Aumento da dívida externa contraída pelo estado burguês.
- **CERQUI:** Aos 14 anos do falecimento de Juan Yañez. / Debate on-line sobre a situação da classe operária na América Latina.
- **EUA:** A encruzilhada norte-americana e as tarefas dos revolucionários na situação.
- **80 anos do assassinato de Trotsky.**
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Bolívia

MARCHA E CABILDO, CONVOCADOS PELA COB, SEM OPERÁRIOS E SEM OS SETORES FUNDAMENTAIS DE SUA ORGANIZAÇÃO CLASSISTA

Guerra eleitoral entre masistas e a direita aïnista, de costas à população aterrorizada e castigada pela pandemia. Greve geral simbólica por tempo indefinido que ninguém acatará. Bloqueio de caminhos que sacrificará a população, que luta pela sua sobrevivência contra a fome. Direção da COB, que já não representa ninguém, transformada em instrumento do cinismo do MAS. O MAS, cada dia, percorre o caminho em direção à sua cova política

O Supremo Tribunal Eleitoral decidiu adiar as eleições nacionais para 18 de outubro, com o argumento de que o dia 6 de setembro, data em que deveria ocorrer a eleição, a pandemia estará no seu pico mais alto, pondo em grave risco à saúde da população.

O MAS, argumentando que em outros países se realizam eleições durante a pandemia, e de que é necessário um governo forte, respaldado no voto popular para enfrentar a pandemia e a crise econômica, sai à frente, com a ameaça de provocar uma convulsão social, para obrigar o Tribunal Eleitoral a anular sua decisão, que qualifica de ilegal. Os cocaleiros do Trópico de Cochabamba deram um prazo de 72 horas e, o chamado “pacto de unidade”, tendo à frente a COB, convocou uma mobilização nacional, uma grande marcha, e Cabildo aberto em El Alto de La Paz, para terça-feira, 28 de julho. O dirigente Gutiérrez, da Federação de Mineiros, levantou a consigna “se a ditadura é um fato, a revolução é um direito”, anunciando, assim, que estão decididos a tudo, inclusive a derrubar a presidente Añez, se não respeitar o 6 de setembro como data das eleições.

Os massistas se empenham a fundo para concentrar uma multidão em El Alto, com a participação de todos os setores. Conseguem juntar uma quantidade considerável de camponeses, trazidos das províncias de La Paz, dos ayllus do Norte de Potosi, das Bartolinas, de moradores de algumas zonas periféricas de El Alto. Circulam nas redes sociais abundantes fotos mostrando os ponchos vermelhos recebendo dinheiro de seus caciques empregadores, só estando presentes dirigentes burocratizados dos mineiros, professores rurais e de outros setores, portando seus cartazes de identificação.

A greve geral ativa, com bloqueio de estradas, decretada pelo Cabildo, a partir de 29 de julho, é uma farsa, porque nenhum setor produtivo ou de serviços está aderindo. Neste dia 29, amanheceu sem que ninguém soubesse de nenhum bloqueio de estradas camponesas. Se ocorrer, certamente durará uns poucos dias, não poderá sustentar-se “indefinidamente”. O fechamento de estradas, ao invés de ser contra o governo direitista de Añez e do Tribunal

Eleitoral, é um castigo à população desesperada por trabalhar, comer e proteger-se do Covid-19.

Não podemos esquecer que a grande maioria da população, das densas regiões periféricas, vive do comércio, e trabalha por conta própria. Os pequenos camponeses necessitam vir aos mercados das grandes cidades, para comercializar seus produtos. Todos estes setores foram vítimas dos isolamentos e das quarentenas, e estão desesperados para trabalhar e não morrer de fome. Não estão interessados nas eleições, porque sentem na pele que os politiquinhos eleitoreiros só estão procurando chegar ao poder, para roubar e descarregar nas costas dos explorados o peso da crise econômica.

Para eles, o bloqueio das estradas seria outra maldição, que agravará sua calamitosa situação, porque provocará escassez e aumento de preços dos alimentos, e impedirá a possibilidade de normalizar suas atividades econômicas.

Os massistas imbecis são incapazes de perceber tudo isto. Rapidamente, surgirão fortes tendências, de dentro e de fora do movimento camponês, contra o bloqueio, e um repúdio crescente contra o MAS, com um custo eleitoral determinante. Não há dúvidas. O partido azul está cavando sua cova política e eleitoral.

Por outro lado, a burocracia da COB já não representa ninguém. Seu servilismo ao MAS vai custar-lhe a cabeça. Chegou a hora de desconhecê-la, e as bases dos diferentes setores devem organizar-se em comitês de defesa do direito ao trabalho, à educação e à saúde, exigir a renovação das direções sindicais, vendidas ao impostor MAS. Chegou a hora de defender as conquistas sociais fundamentais, como a Caixa Nacional de Saúde, o direito à aposentadoria com 100% do salário do trabalhador na ativa. Chegou a hora de exercitar a independência política das organizações sindicais, para enfrentar o atual governo e o governo burguês que surja das eleições.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, Extra, 29/7/2020)

Bolívia

Aumento da dívida externa contraída pelo estado burguês

Os organismos financeiros do imperialismo (FMI, BM, BID etc.) estão empurrando para os Estados a responsabilidade pela tarefa de reativação do aparato econômico, por meio da inversão de milionárias somas de dinheiro para os empresários, para que estes salvem as suas empresas, afetadas pela paralisação econômica, derivada da pandemia do Covid-19. O presidente da OCDE (Clube de Paris, que reúne os países mais ricos do mundo) disse que é necessário um novo “Plano Marshall”, para retirar o mundo da recessão econômica. Procura, assim, aumentar ou ao menos manter o consumo da população, por meio da concessão de bônus e subsídios, uma medida destinada a sustentar a demanda. Pela via da intervenção do Estado na economia é que a burguesia se orienta para enfrentar a crise. Keynes está novamente na moda. Não ocorre a ninguém defender as radicais receitas neoliberais do livre mercado. O temor de que o mal-estar social estoure, por falta de recursos e meios de subsistência, aterroriza a burguesia, e é daí que urge a intervenção do Estado, para pôr a salvo os seus interesses de classe. Para este propósito, os organismos financeiros do imperialismo (FMI, BM etc.) colocam, à disposição dos Estados burgueses, milionárias somas de dinheiro, a serem concedidas como crédito de fácil acesso e condições favoráveis.

Para o caso concreto da Bolívia, o governo já obteve um crédito de US\$ 326 milhões, e tem programado contratar para 2020 a soma total de US\$ 1 bilhão, montante que se somaria aos já US\$ 11,267 bilhões da dívida externa, que já tem acumulado. Uma dívida que se quadruplicou, sob o governo do MAS, no marco da bonança econômica dos preços altos para as matérias-primas do período. No ano de 2006, a dívida externa do país era de US\$ 3,248 bilhões.

A ironia está em que, este ano, o governo gastará com o pagamento de amortizações da dívida, assumida anteriormente, algo próximo dos US\$ 822 milhões, segundo a programação do Banco Central da Bolívia. Ou seja, neste ano, em nome dos bolivianos, o Estado burguês receberá US\$ 1 bilhão, mas pagará US\$ 822 milhões.

A maioria nacional, por sua própria e amarga experiência, sabe o que significa o serviço da dívida externa. Os governos burgueses de plantão, para poderem atender aos compromissos contraídos com os credores, se encontram na necessidade de aumentar os tributos, e diminuir o gasto público e, no geral, os cortes são feitos nos serviços de saúde e educação, no congelamento e/ou redução dos salários dos servidores e, por extensão, de outros setores, ao mesmo tempo em que ajustam as políticas fiscais e impositivas para arrecadar mais impostos das pessoas comuns. Como parte da concepção burguesa da gestão da dívida externa pública, os empresários recebem toda forma de incentivos, benefícios e vantagens, por meio de renúncias fiscais, crédito barato, etc. Como se vê, o problema não é o crédito em si mesmo, mas sim a política da gestão burguesa do crédito externo. O Estado burguês administra os recursos do financiamento externo,

colocando acima de tudo os interesses da classe dominante e do capital financeiro imperialista.

Por esta via, os recursos arrecadados não são para atender as necessidades da população, mas sim para o pagamento da dívida externa. Assim, se transforma em um nó correção, que vai estrangulando a economia nacional, e uma pesada carga sobre a economia dos setores populares e dos trabalhadores, que a pagam e observam se perpetuarem as suas miseráveis condições de vida, sem pão, sem trabalho, sem teto e com péssimos serviços de saúde e educação.

Momentaneamente, o Banco Mundial está promovendo um programa de MORATÓRIA do pagamento da dívida externa dos países mais pobres e altamente endividados. A Bolívia não foi qualificada para este programa, porque, graças ao MAS, somos considerados um “país de renda média”. É possível que o Banco Mundial amplie este programa, mas MORATÓRIA quer dizer que momentaneamente não se paga a dívida, mas logo adiante terá de pagar.

Tudo parece indicar que vamos repetir a história da década de 1970, quando o endividamento descomunal dos países semicoloniais terminou sendo o cenário de um estrangulamento econômico dramático e sem precedentes na história humana, que foi pago com maiores cotas de pobreza, atraso, desemprego, miséria e ignorância do povo explorado, ao mesmo tempo em que apareceram “novos” ricos, graças à corrupção, o favoritismo e os negócios direcionados desde o Estado. É emblemático o caso do empresário Doria Medina, que tomou emprestado milionárias somas do Banco do Estado, e quando foi ministro, no marco de aplicação de sua política neoliberal de “encolhimento do Estado”, fechou o Banco, e o ministro não pagou um centavo a mais.

Nesse quadro, nossos recursos naturais continuarão sendo abertamente entregues às transacionais imperialistas, como parte das ações destinadas a atender o serviço da dívida externa.

Em resumo: momentaneamente, o governo terá dinheiro para investir, favorecer os empresários, dar um ou outro benefício, e atender algum serviço público no marco das condições pactuadas no empréstimo para mitigar as emergências do Covid-19. Mas, depois, virá a época do estrangulamento. Daí, muitos chegaram à conclusão de que, depois da pandemia, os países latino-americanos e os países mais pobres do mundo sairão mais pobres e mais endividados. Ao mesmo tempo que os banqueiros do mundo, o capital financeiro, terão acumulado e assegurado fartos lucros.

Nós pobres, não temos por que pagar a dívida externa contraída pelos governos burgueses, para favorecer os ricos!

Desconhecimento da dívida externa contraída pelo estado burguês!

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, Extra, 29/7/2020)

Aos 14 anos do falecimento de Juan Yañez

Nossa homenagem

Juan Yañez combinou sua existência de operário com a de organizador do partido marxista-leninista trotskista. Um exemplo de como a vida pessoal se submete ao objetivo de pôr em pé o partido, que encarna a tarefa histórica do proletariado, de sepultar o capitalismo e construir o socialismo. O que lhe permitiu compreender a importância de forjar o programa da revolução e ditadura proletárias. Eis por que ajudou na tarefa de elaborar o programa da revolução na Argentina.

Juan contribuiu para constituir o POR na Argentina em seu momento embrionário mais difícil. Os primeiros alicerces programáticos são os mais

difíceis. Essa contribuição foi possível e marcante, porque compreendeu a necessidade de erguer o partido revolucionário como seção do Partido Mundial da Revolução Socialista Mundial. Juan, assim, participou na formação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI). Esteve, portanto, na origem do POR do Brasil.

Juan procurou, insistentemente, generalizar suas experiências, vividas na luta de classes no Chile. O camarada, muito jovem, sentiu na carne o peso da traição da frente popular, organizada pela aliança do Partido Comunista estalinista com o Partido So-

cialista pequeno-burguês reformista, e da vitória da contrarrevolução, que resultou no golpe fascista de Pinochet. É com esse patrimônio que, na condição de operário que se elevou ao marxismo, pôde compreender seu dever de pôr em pé o POR na Argentina. Nossa melhor homenagem é avançar firmemente no caminho do internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

*Até a vitória sempre,
camarada Juan!*

*Comitê Central do Partido Operário
Revolucionário do Brasil*

Debate on-line sobre a situação da classe operária na América Latina

Em 17 de julho, foi realizado o “Seminário Internacional de Análise da Situação da Classe Operária na América Latina”, organizado pelo *Centro de Notícias Operárias*, de Cochabamba (Bolívia).

Participaram das exposições, as seções da Argentina, Bolívia, Brasil e Chile, que conformam o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI). Bem como debatedores convidados, como o Grupo de Ação Revolucionária (GAR), do México, militantes e trabalhadores da Argentina, Bolívia, Equador e Peru.

Expuseram-se as tendências da luta de classes, o conteúdo e objetivos das medidas burguesas em meio à pandemia, e a via pela qual o proletariado e os demais oprimidos poderão erguer seu próprio programa emergencial, em defesa de suas condições de vida, empregos e salários.

Conjunturalmente, o debate on-line serviu de tribuna as seções do CERQUI, para expor suas ações no seio das massas, e desenvolver suas posições políticas perante um amplo público, que acompanhou ao vivo as exposições e discussões. Por outro lado, evidenciou as limitações políticas e organizativas, que resultam da pandemia e da política burguesa de isolamento social.

Avançar na elaboração de um programa emergencial próprio para a crise exige da classe operária que recorra à sua própria organização e métodos de classe; isto é, que se organize como força social coletiva no seio da produção, e elabore sua resposta à crise econômica e sanitária, no marco de suas assembleias, apoiada em sua democracia, e desenvolvendo seus métodos de luta.

Nisso se resume a urgente tarefa que têm pela frente as seções do CERQUI, de ajudar a transformar as lutas de resistência e as revoltas instintivas das massas contra o avanço dos contágios, do desemprego, da destruição de direitos, da miséria e da fome, em política e ação revolucionárias.

Tal foi o conteúdo comum às exposições das seções do Comitê de Enlace. As intervenções das seções da Argentina, Bolívia e Chile ressaltaram que a pandemia mostrou a incapacidade da burguesia proteger a vida e saúde das massas. Todos os governos orientaram as medidas econômicas para proteger os capitalistas da quebradeira, descarregando as consequências da crise econômica e sanitárias sobre a vida das massas. Nisto residia a tal da política de “unidade nacional”, elaborada por todos os governos burgueses.

Sem dúvida, houve o medo dos contágios, temor que foi impulsionado pela gigantesca campanha burguesa de terror social para paralisar a ação e resistência das massas. Mas, apesar disto, lutas e greves continuaram a explodir durante a pandemia. Demonstrou-se, assim, que continuam presentes as tendências de luta das massas, obrigadas a resistirem aos ataques e defenderem suas vidas. Apoiando-se nelas, será possível fortalecer sua intervenção independente, e ajudar o proletariado romper a paralisia e os bloqueios burocráticos, avançando a sua luta de classes. As seções do CERQUI avaliam que melhoraram as condições da luta de classes para avançar no objetivo de construir os partidos revolucionários, em cada país, e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Intervenção do POR do Brasil

O representante do POR, Lucas Martinez, abriu com uma exposição e, em seguida, fez duas intervenções. Por motivo de espaço, transcrevemos a exposição. No próximo número de Massas, publicaremos a sequência. Tivemos de alterar alguns aspectos de forma da transcrição, para garantir a clareza do pensamento na forma escrita.

Exposição inicial

Primeiro, queria cumprimentar as companheiras e companheiros, que estão assistindo, aos professores bolivianos que estão em greve de fome e esperamos que debate de hoje avance no caminho da política proletária, ou seja, da política revolucionária, que permitirá emancipar politicamente a classe operária e realizar sua tarefa de construir o socialismo. Que sirva para dar um passo nessa direção.

Falar da situação política operária, no Brasil, não é muito diferente do que acontece em outras partes da América Latina. Entretanto, tem suas particularidades e talvez seja bom, para não repetir e encher de dados, tocar alguns aspectos essenciais que, do ponto de vista do POR no Brasil, são decisivos para analisar e compreender as tendências gerais da luta de classes, fundamentalmente da classe operária. Mas, também, qual a política, os métodos e as táticas que devem se desenvolver para avançar na independência política do proletariado.

Em primeiro lugar, acredito que um dos elementos fundamentais, que foram ditos no princípio por Ramón, e que é bom retomar, é o seguinte: desde fins de 2019, se manifestavam tendências gerais de agravamento da recessão, quedas das exportações, redução dos preços das commodities, redução dos intercâmbios mundiais etc. Manifestavam-se tendências de desagregação econômica.

A pandemia, o que fez foi agravar essas tendências gerais que estavam contidas no processo, que se vinha gestando desde 2015 e 2016, e que em fins de 2019 dará um salto à frente. Isto é importante para mostrar a interdependência das duas crises, de um lado, a crise sanitária, e de outro, a crise econômica.

Assinalamos isto, porque parte da compreensão da situação política da classe operária, como ela está respondendo, como tem respondido e como deve responder, tem a ver com uma compressão, que, para nós, é decisiva: o vírus é um fenômeno natural, tem suas próprias leis de desenvolvimento e evolução; no entanto, ao se desenvolver em uma determinada sociedade de classes, regida pelas relações de produção baseadas na grande propriedade monopolista, por tanto, na apropriação privada de todo produto social, e, portanto, baseada na superexploração da classe operária, nota-se que a pandemia está condicionada por essa estrutura da sociedade de classes.

Eis por que, quando se dizia que era necessária uma política de “unidade nacional”, de todas as classes, para enfrentar um mesmo inimigo, na verdade, assistíamos a uma falsificação. Porque, por exemplo, no Brasil, está claro que existem recursos técnicos, científicos e humanos que, se bem que não seja possível frear a pandemia imediatamente, mas sim amenizá-la em desenvolvimento e contê-la. No entanto, como esses recursos científicos, técnicos e humanos são propriedade dos grandes capitalistas, não podiam ser aplicados, para responder à urgente necessidade das massas de se protegerem do vírus.

Esse é um aspecto decisivo, porque, quando falamos de quarentena - falamos de política de isolamento social. A política da quarentena foi aplicada por uma classe social. Em todos os países vemos, precisamente, a mesma política tem sido aplicada por todos os governos, desde os nacional-reformistas até os mais fascizantes, a exemplo do Brasil, no sentido de descarregar a crise, que resulta do agravamento da crise econômica pela pandemia, sobre a vida das massas, sobre suas condições de trabalho, sobre seus salários, sobre seus empregos.

Isto é importante para vermos, por exemplo, que, quando se falava da “proteção da vida” e das pessoas, precisamente, o que não fez a burguesia foi proteger a força de trabalho, isto é, a principal força motriz das forças produtivas. No caso concreto do Brasil, queria apresentar alguns dados, para demonstrar até que ponto essa desagregação econômica se reflete diretamente na destruição das condições de vida das massas. No Brasil, fecharam 522 mil empresas: 40 % do total das empresas do país estiveram paralisadas, ou semiparalisadas. No setor dos serviços, 258 mil estiveram paralisadas ou semiparalisadas. No comércio, 192 mil. Na construção, 33 mil. Indústria, 33 mil. Os setores dos serviços, transportes, hotelaria, gastronomia, foram os mais atingidos.

Houve uma destruição maciça da força de trabalho, que, no Brasil, hoje o número de desempregados supera o dos empregados. Esse é um dado que a própria burguesia divulgou. Mas, também se observa que, no processo de avanço da pandemia, houve um crescimento gigantesco do trabalho informal. De um lado, há a redução da jornada do trabalho, com redução dos salários, crescimento maciço do desemprego, uma ruptura aberta - com a conivência da burocracia sindical - de todos os contratos coletivos de trabalho; bem como um avanço feroz na miséria e pobreza das massas. São inúmeros os dados.

No entanto, é essencial compreender que, enquanto as massas recebiam o peso mais brutal da crise, houve por parte da burguesia e dos governos, um único objetivo: salvar a burguesia. Foram bilionários os pacotes de ajuda financeira às empresas. Inclusive, entre 30 e 40% das empresas do país receberam subsídios do Estado, para pagar salários, impostos, vencimentos de créditos etc. Isto demonstra que a política burguesa de isolamento social teve dois objetivos concretos: de um lado, proteger, na medida do possível, os interesses dos grandes capitalistas; e de outro, destruir as condições de vida das massas.

No Brasil, em 2017 e 2019, já vinham se desenvolvendo poderosos processos de luta da classe operária. Em 28 de abril de 2017, houve a greve geral que paralisou 80% do país, convocada para enfrentar a reforma trabalhista. Em 14 de junho de 2019, no momento que iria ser tratada e votada a reforma da Previdência, houve também a convocatória de uma massiva greve geral. Esses dois momentos demonstraram que existiam tendências de luta das massas, fundamentalmente da classe operária, em cujo seio estavam presentes as tendências de enfrentar e combater a ofensiva da burguesia. Como assinalou Ramón, também no Brasil a burocracia desmontou esses movimentos, traiu essas greves, e arrastou as massas por trás da ilusão que no parlamento iriam se resolver os problemas, e que ali iria se proteger os interesses dos assalariados. O que não se passou.

Precisamente, esse marco de desmantelamento dos movimentos e das lutas da classe operária vem se combinar, no mo-

mento em que explode a pandemia no Brasil, com uma ofensiva da burguesia para dar um salto à frente na implantação das contrarreformas, para aplicar novas medidas da reforma trabalhista. Dentre elas, destacamos a MP 936, que permitir aos patrões, com auxílio dos sindicatos, sem necessidade de convocar assembleias, ou convocando assembleias on-line, demitir, reduzir salários, abandonar pessoas nas suas casas com salários entre 40% e 50%, e assim por diante.

De forma que o que estamos vendo, concretamente, o que a classe operária aqui no Brasil irá sofrer é o golpe da crise econômica combinada com a crise sanitária. E boa parte teve de trabalhar, sem nenhuma garantia de biossegurança ou sanitária no trabalho, parte volta a suas casas como transmissor do vírus.

O partido, desde o primeiro momento, assinalou: 1º) não se trata de uma quarentena que aplica o método científico do isolamento social. Isto porque o partido caracterizou que o método científico de isolamento social, embora seja correto, não tem como ser aplicado na sociedade de classes, sob o domínio dos monopólios, e dos governos burgueses, para proteger a classe operária e demais explorados. Tudo o que estamos vendo com a destruição das condições de vida, direitos, conquistas, contratos coletivos, precisamente, vêm demonstrar a validade dessa formulação, dessa caracterização. 2º) a classe operária isolada, em suas casas, não pode responder à crise sanitária com seu próprio programa. Para isso, deve estar dentro da produção social, isto é, tem de recorrer a seus métodos da democracia operária, de decisão e luta coletiva, para decidir qual o programa emergencial que, de fato, defende seus interesses e preserva sua força de trabalho, em face dos interesses da burguesia.

Essa caracterização permitiu-nos dar uma luta contra todas as correntes que, de um jeito ou outro, não fizeram a caracterização de que se trata de uma política do Estado burguês, portanto de uma política burguesa. E que não havia que confiar no inimigo de classe.

A classe operária, sabendo dos riscos da contaminação, deve decidir, como força social, coletiva, que é o que iria fazer, como iria fazer e com que programa. Para isso, o POR deu uma ferrenha batalha, para que se convocassem assembleias presenciais, cuidando e preservando todas as medidas de proteção de biossegurança que fossem necessárias. Mas, a ideia é concreta: a classe operária não pode erguer seu próprio programa e exercer seus próprios métodos para impô-lo, se não se acha na produção social e se não age como força coletiva, baseada na democracia operária. Esse é um aspecto que eu queria deixar colocado e fixado no debate.

Há outro aspecto que é importante de ser observado em todo o percurso da luta da classe operária e dos demais oprimidos, neste último período. Vínhamos de levantes operários e populares na América Latina. Equador, Colômbia, Chile, para destacar os mais relevantes. Essas tendências não refluíram. Sem dúvida, a pandemia, a campanha burguesa terrorista, que projetou grande medo nas pessoas, de alguma maneira, interrompeu esse processo.

Mas, a luta de classes não parou. Sequer a pandemia impôs um freio absoluto à luta de classes. Nesse sentido, era importante a classe operária compreender, bem como seus setores mais avançados, a necessidade de erguer seu próprio programa. Desde o nacional-reformismo - incluímos aqui o PT - até as esquerdas revisionistas do marxismo, centristas como PSTU, MRT [...] e outras tendências políticas, se submeteram à campanha burguesa do isolamento social. E inclusive se admitiu, como no caso do PSTU, que os sindicatos que dirigem chegassem a aplicar a MP 936 do governo, que levou às demissões, redução de salários

etc. Isto mostra que o problema fundamental da classe operária é que ainda não conquistou sua independência política.

O partido, ainda que embrionário no Brasil, dá uma luta tenaz para desenvolver uma política proletária, capaz de desenvolver as tendências instintivas de luta que existem no Brasil. O partido foi às fábricas, fez panfletagem, pichações, campanhas, constantes reuniões organizativas para decidir como intervir. Está permanentemente desenvolvendo e levando as bandeiras que necessariamente devem ser tomadas, ou pelo menos em cada momento podem assinalar a via de sua independência, e assim por diante.

Já para finalizar – certamente muitos aspetos irão ficar de fora, mas iremos retomá-las nas diferentes intervenções – considero que o importante a se compreender é que a luta pela independência da classe operária começa, precisamente, por compreender que a pandemia desenvolve-se em meio à sociedade de classes, e que é a classe dominante que decide como, quando e para que se utiliza o método da quarentena. Nesse sentido, a classe operária não tem mais alternativa e caminho senão recorrer a sua própria experiência histórica e organizativa de democracia e métodos para erguer seu próprio programa.

Em cada momento, de 2015 até agora, temos atravessado diferentes momentos de luta, todos traídos pela burocracia sindical e, inclusive, por correntes que se dizem trotskistas. O concreto, portanto, é o seguinte: há uma tendência de retomada das lutas, a explosão do movimentos nos Estados Unidos demonstrou que a quarentena e o medo que as massas possam ter dos contágios, não freiam as tendências profundas da luta de classes e não freiam as tendências das massas de se defenderem dos ataques da burguesia com seus próprios métodos. Logo, temos visto que essas tendências vêm-se replicando em diversas partes do mundo e América Latina. Portanto, são as próprias massas que estão demonstrando, apesar de toda a campanha do terror, que precisam recorrer a seus próprios métodos de luta, e isso é o importante.

Também é importante saber o seguinte: a desagregação capitalista, que salta aos olhos com o desenvolvimento e combinação destas duas crises, está colocando uma questão, que é essencial diante da barbárie, a marcha da revolução ao socialismo. Trata-se da construção dos partidos operários revolucionários em cada país, e, para isso, é necessário erguer em cada fase da luta da classe operária, inclusive agora, a estratégia própria, que é a da revolução e ditadura proletárias, a estratégia do governo operário e camponês, que corresponde aos países semicoloniais. O POR vem fazendo, em cada luta que intervém, partindo das reivindicações mínimas e imediatas colocadas pela classe operária, a tentativa de desenvolver uma frente única capaz de mobilizar a maioria oprimida, para enfrentar e combater a ofensiva da burguesia.

É um trabalho árduo e que requer paciência. Mas, acredito esse é o caminho necessário a percorrer. Nesse sentido, este primeiro passo, desta videoconferência nos permitir chegar a uma questão chave na situação: é necessário que avancemos na construção do partido operário revolucionário, em cada país; a situação política mundial está colocando que é necessário avançar na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Neste sentido, o CERQUI faz o máximo esforço por se constituir em um embrião desse partido mundial e este espaço que se tem constituído, na medida em que avance e continue, poderá ser um passo significativo nesse sentido.

Quero fechar por aqui. O tempo acabou. Ficam muitas coisas por serem ditas. Muito obrigado.

A encruzilhada norte-americana e as tarefas dos revolucionários na situação

Em 25 de julho, houve a retomada dos protestos contra a violência e racismo policial, quando se passavam dois meses da morte de George Floyd. Durante esse período, confrontos entre manifestantes e as forças policiais ocorreram em dezenas de cidades. Em Austin (Texas), um manifestante foi assassinado por um motorista. Em Portland (Oregon) e Seattle (Washington), houve confrontos entre manifestantes e as forças repressivas. No mesmo dia 25, milhares de operários cruzaram os braços, em memória dos assassinados.

A retomada conjuntural das manifestações, porém, não altera o curso geral de retrocesso do movimento. Não houve como o movimento continuar seu ciclo ascendente, sem confluir e se fortalecer com o curso de lutas grevistas. Desde março, foram centenas, as greves que explodiram por todo o país, abarcando ramos estratégicos da grande indústria, transportes e comércio. Fundamentalmente, confluíram instintivamente em erguer reivindicações comuns a todos os grevistas (aumento de salários, condições de biossegurança nas tarefas realizadas, resistência às demissões etc.). Tem-se observado, ainda, a tendência à formação de comitês, para debater condições de trabalho e biossegurança, na indústria automotriz e alimentícia, que logo ganharam adesões em outros ramos da produção. Outros setores dos explorados percorrem a mesma trilha da auto-organização, em defesa de suas condições de existência. É o que se verifica com os diversos movimentos de inquilinos, que vêm bloqueando as moradias, ameaçadas de despejo. Ou com os docentes e professores do estado da Califórnia, que convocaram greves, com manifestações de rua contra o retorno às aulas.

Acha-se aí a base material e objetiva de uma ampla unidade frentista nacional em defesa da vida das massas. Entretanto, essas tendências esbarram no ferrenho controle da burocracia sindical; bem como na ascendência de lideranças religiosas e de políticos liberais e reformistas, no movimento contra o racismo e violência policiais.

Eis por que, apesar de inúmeras das greves operárias conseguirem romper a paralisia de suas direções, e do movimento democrático das massas se destacar pela radicalização, acharam-se órfãs de uma direção, que se apoiasse nas tendências de luta, e as projetasse politicamente em um amplo movimento unitário e nacional, dos explorados e oprimidos. De forma que o movimento contra a violência e racismo policial acabou esvaziando e concentrando-se na ação de alguns grupos, a exemplo de *“Not Fucking Around Coalition”* (Coalizão Não Estamos de Brincadeira), milícia de negros que se colocam pela autodefesa diante das milícias supremacistas brancas.

É sobre o pano de fundo desse processo que se abriu passagem a uma nova fase da luta interburguesa, marcada, agora, pelos interesses dos dois grandes partidos da ordem, com o acirramento das campanhas eleitorais. Os democratas tomaram a frente do desmonte do movimento, prometendo reformas no aparato policial, e solução à grave situação das massas, retirando Trump do comando do Estado. As ilusões democráticas presentes entre as massas e o controle dos democratas sobre as direções sindicais corrompidas favorecem a ofensiva de bloqueio das tendências instintivas das massas, e canalização da revolta popular à saída burguesa da crise.

As eleições são apresentadas pelos democratas como via de

solução à revolta das massas, que se choca com o governo Trump, especialmente pela sua incapacidade de frear as tragédias sociais e humanas, que decorrem do agravamento da pandemia por todo o país. A maioria da população (67%) avalia como muito negativas as medidas e políticas de Trump durante a crise sanitária. Por sua vez, 60% têm como péssima sua gestão econômica.

É sobre a base desses indicadores que os democratas vêm ganhando terreno. As pesquisas eleitorais mostram que Trump poderá perder as eleições. Também favorece Biden, uma ampla campanha dos denominados “grupos de opinião” e políticos influentes do Partido Republicano, a exemplo do The Lincoln Project, criado em dezembro de 2019, que, publicamente, trabalham pela vitória do candidato democrata. É parte desse movimento o site “Eleitores Republicanos contra Trump”, visando a denunciar os motivos de sua ruptura com o presidente, e reunir doações de milhões de dólares, contra a sua reeleição. Até o financista Anthony Scaramucci, ex-diretor de Comunicação da Casa Branca, formou um “grupo anti-Trump”, o Right Side PAC. No entanto, as fissuras internas ao Partido Republicano não se refletem – pelo menos por enquanto – como erosão da base eleitoral de Trump, formada pela gigantesca massa da pequena burguesia branca, que povoa o interior dos Estados.

As movimentações demonstram que frações da burguesia imperialista norte-americana reconhecem em Biden um instrumento de seus interesses. Não por acaso é que o candidato democrata é quem melhor defendeu os interesses das corporações policiais. Em relação à política exterior, declarou-se contrário à retirada de tropas norte-americanas, e defendeu que continue o bloqueio à Venezuela e Cuba. É partidário de manter a ofensiva na Síria e Afeganistão. E defende, abertamente, a guerra comercial e a militarização das relações com a China e Rússia. Enfim: defende os métodos parasitários, belicistas e violentos da burguesia monopolista norte-americana, para manter a sua supremacia mundial, embora se acobertando com a máscara “multilateralista” e “democrática”.

Isso é verdadeiro a tal ponto, que os próprios grupos e políticos republicanos, que apoiam Biden contra Trump, reconhecem que não o fariam caso fosse Bernie Sanders o candidato democrata. Evidentemente, Sanders não constitui nenhum perigo real aos interesses burgueses. Mas, sua rejeição entre republicanos e democratas expõe à luz do dia o profundo rechaço da burguesia norte-americana em trilhar a via de qualquer reforma, por mais limitada que seja, que possa travar sua ofensiva contra a vida das massas e as nações oprimidas.

Mas, ainda se deve vencer a ferrenha resistência do governo Trump, que maneja ainda importantes alavancas do Estado, e as utiliza em função de seus interesses. É o que se observa com a decisão de enviar forças policiais federais para intervir na repressão contra os movimentos, nos Estados e cidades governados por democratas. Eis por que a cidade de Portland, do Estado de Oregon, que decretou uma lei para limitar o armamento dissuasivo contra manifestações (balas de borracha, gases lacrimogêneos, etc.), foi militarizada por agentes federais do Departamento do Interior (DHS), polícia fronteira (Border Patrol), e polícia judicial (Marshalls), sob diretas ordens do governo Trump. Sem identificações,

tomaram a responsabilidade direta no policiamento e repressão às manifestações, passando por cima das decisões do prefeito, Ted Wheeler. Realizam detenções arbitrárias, e mantêm dezenas de manifestantes detidos ilegalmente. Uma manifestante, Donovan LaBella, sofreu fratura no crânio, após receber um disparo em sua cabeça. Wheeler passou a exigir a retirada das forças, enquanto a governadora – democrata – caracterizou as forças federais como “tropas de ocupação”.

Trump negou-se, e acusou o prefeito e governadora democratas de incapazes de acabar com as manifestações. E ameaçou outras cidades e estados governados por democratas de sofrerem intervenção pelas forças federais (Chicago, New York, Philadelphia e Detroit). Como se vê, a ofensiva eleitoral trumpista adquire contornos ditatoriais, na medida em que Biden amplia sua vantagem (40,1%, contra 48,7%, nas intenções de voto). Tais vantagens são decisivas nos principais distritos eleitorais, como Pensilvânia, Michigan, Wisconsin, Carolina do Norte, Arizona e Flórida. Fundamentalmente, entre negros, latinos, jovens, mulheres e eleitores brancos com estudos universitários. Enquanto Trump mantém sua ascendência entre o eleitorado branco, sem estudos universitários, e de homens.

O essencial desse processo reside em que o impasse político, aberto pela crise, pouco a pouco, vai achando seu esteio burguês, favorecendo as manobras de preservação da governabilidade burguesa, em um momento convulsivo para a burguesia monopolista norte-americana. A vanguarda com consciência de classe deve trabalhar para mostrar às massas que a vitória de Biden sobre Trump

não mudará a tendência de desintegração do capitalismo na maior potência mundial, de maior sacrifício dos explorados, e de avanço da repressão à luta de classes.

Para que o proletariado e as massas oprimidas norte-americanas deem um salto à frente em sua organização independente e consciência política, deve-se compreender que, qualquer que seja o governo burguês de plantão, baseará a prometida “retomada econômica” (ou seja, a retomada dos lucros monopolistas) no sacrifício do operariado e demais assalariados, bem como do mundo todo.

A combinação da crise econômica e sanitária, com mais de 120 mil mortos, e 2,3 milhões de infectados pelo Covid-19, com os mais 30 milhões de desempregados, e a destruição de centenas de milhares de empresas (industriais, comércio, serviços, etc.), com a redução dos salários, e a insolvência financeira de amplos setores das classes médias, dentre outras manifestações da barbárie social, que se espalha na principal potência capitalista, impedem que se interrompa a luta de classes em função das eleições e troca de governo.

O levante das massas contra a violência e racismo policiais, e as greves operárias, trouxeram à superfície as forças sociais, que permitirão soldar as lutas democráticas contra a discriminação, com a luta pelas reivindicações gerais que unificam explorados brancos e negros contra a burguesia branca parasitária, racista e brutal. A vanguarda proletária norte-americana está diante de uma situação favorável para construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

80 anos do assassinato de Trotsky

Campanha em defesa do internacionalismo proletário e pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Iniciamos nesse número do jornal Massas algumas publicações por ocasião do assassinato de Leon Trotsky, em 20 de agosto de 1940. Aproveitaremos esse mês para expor a brutal perseguição de Stalin e seus asseclas ao trotskismo, que a rigor é ao marxismo-leninismo-trotskismo. O fundamental está em que a utilização do método da supressão física de Trotsky e inúmeros dirigentes da Revolução Russa, acompanhado de mentiras e calúnias, refletiu o desespero do estalinismo na situação em que se manifestavam visivelmente as tendências restauracionistas da burocracia no interior do Estado soviético, e a Oposição de Esquerda Internacional se erguia como um polo de resistência ao revisionismo, que se agarrava à bandeira do “socialismo em um só país”. Iniciamos, antecipadamente, a campanha publicando o artigo “Meu ódio a Stalin”, de 4 de janeiro de 1937. Acompanha o artigo, o prefácio dos Escritos, de Leon Trotsky, tomo VIII, 1936-37, vol. 1.

Prefácio

O México foi o quarto e último país onde Trotsky residiu, depois de sua deportação da União Soviética, em 1929. Permaneceu mais de quatro anos na Turquia, quase dois na França e dezoito meses na Noruega; desse país partiu para o México, em janeiro de 1937, e residiu ali até que foi assassinado em agosto de 1940. Este volume reúne uma série de folhetos, artigos, cartas e transcrições de entrevistas e discussões correspondentes aos dez primeiros meses do período mexicano, que não aparecem em outros livros, atualmente em circulação. O primeiro artigo corresponde à última semana de 1936, quando Trotsky e sua companheira Natalia Sedova se encontravam a bordo do navio norueguês Ruth, cruzando o Atlântico; o último, é de fins de outubro de 1937, quando ambos eram hóspedes de Diego Rivera e Frida Kahlo, em Coyoacán, um subúrbio da cidade do México.

A principal preocupação de Trotsky, nesta época, eram os san-

grentos expurgos massivos, que Stalin estava levando a cabo, para eliminar o último vestígio de oposição a seu regime totalitário na União Soviética. O fato central, “a justificativa”, dos expurgos eram os processos de Moscou, nos quais personagens soviéticas, entre elas, muitos colaboradores mais próximos de Lênin na Revolução Russa de 1917, “confessaram” que, sob a direção de Trotsky, haviam “conspirado” com os governos imperialistas da Alemanha e Japão, para assassinar Stalin e restaurar o capitalismo na União Soviética. Assim que Moscou anunciou o primeiro processo (agosto de 1936), Trotsky iniciou uma campanha voltada a desmascarar a fraude judicial. No entanto, o governo norueguês, pressionado por Moscou, o atou de pés e mãos isolando-o e negando o direito de dar entrevistas, publicar artigos e recorrer ao tribunal. De maneira que foi, ao atravessar o Atlântico, quando pôde dedicar-se a organizar seus materiais para refutar as acusações do primeiro

processo (envolvendo dezesseis vítimas, encabeçadas por Zinoviev e Kamenev). Ao chegar no México, pôde começar a preparar a opinião pública para a criação de uma comissão de investigação internacional, que ouvisse sua versão dos fatos e se pronunciasse a respeito de sua culpa ou inocência.

Como parte dessa campanha, Trotsky escreveu o livro “Os crimes de Stalin”, concluído em junho e publicado na França em novembro. Ali discute não só o primeiro julgamento de Moscou, mas também o segundo (das dezessete vítimas, encabeçava Radek e Piatakov), anunciado e realizado depois de algumas semanas da saída de Trotsky para o México. O livro inclui as reuniões de uma comissão internacional, presidida por John Dewey, realizada em abril, em Coyoacán, e o espetacular expurgo do alto comando do Exército Vermelho, realizado em junho, nas quais estiveram envolvidas conhecidas figuras, como Yakir e Tujachevski. Este volume contém todos os capítulos desse livro, menos dois: um aparece sob o título de “No tribunal a portas fechadas”, na segunda edição (norte-americana, a primeira foi em espanhol) dos Escritos 1935-36; outro é a apresentação final de Trotsky diante da comissão Dewey, e está publicado no “The Case of Leon Trotsky” (este último livro, publicado nos Estados Unidos, em outubro de 1937, contém a transcrição completa das treze reuniões de Coyoacán). No México, Trotsky publicou também um folheto sobre o segundo julgamento, “O Processo de Moscou”, traduzido ao inglês para este volume, por Cândida Barbarena. Concluída as reuniões da comissão Dewey, Trotsky pôde dedicar mais tempo a seus artigos sobre a situação política internacional e sua relação com o objetivo principal, que havia assumido em seu último exílio: a construção de uma nova internacional, baseada em princípios, estratégia e tática do leninismo. A esse período corresponde “No limiar de uma nova guerra mundial” (publicado integralmente pela primeira vez no presente volume), onde analisa o avanço inevitável das potências imperialistas à Segunda Guerra Mundial, e “Bolchevismo e Estalinismo” (com o subtítulo “Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional”), sobre as ideias retrógradas dos esquerdistas e ex-esquerdistas que, desmoralizados pelos processos de Moscou, responsabilizavam o leninismo pelos crimes do estalinismo. Também escreveu artigos sobre a guerra civil espanhola e o esmagamento da esquerda espanhola pelos estalinistas, e sobre a invasão japonesa da China...

Nesse momento, o Movimento pró-IV Internacional (MQI), criado em uma conferência internacional, realizada em julho de 1936 (chamada de Conferência de Genebra, mas realizada em Paris), se achava em uma situação difícil. Suas pequenas energias estavam empenhadas na resposta e denúncia aos processos de Moscou e calúnias. Ao mesmo tempo, a GPU começou a ampliar o assassinato de “trotskistas” fora das fronteiras soviéticas. Em agosto, foi sequestrado e assassinado, na Espanha, o checoslovaco Erwin Wolf, ex-secretário de Trotsky e membro do Secretariado Internacional do MQI; em setembro, Ignace Reiss, na Suíça, que havia sido alto funcionário da GPU, que tinha rompido com o estalinismo e aderido à Quarta Internacional.

O MQI também sofreu uma série de golpes internos. Vários dirigentes o abandonaram depois do primeiro julgamento de Moscou, de agosto de 1936: Victor Serge (russo), A.J. Muste (norte-americano), Peter J. Schmidt (holandês), Ruth Fischer e Arkadi Maslow (alemães), Alfonso Leonetti (italiano), Chen Tu-shiu (chines), e outros menos conhecidos. Henricus Sneevliet, dirigente da seção holandesa, e Georges Vereecken, da seção belga, se opu-



A colaboração de Trotsky com o Secretariado Internacional foi reduzida depois de sua partida da Europa, mas, no México, entrou em contato estreito com a seção estadunidense; a relação de trabalho com seus dirigentes duraria até sua morte.

nam à política do MQI na Espanha; romperam um ano depois. Uma ruidosa minoria ultraesquerdista advogava por uma política de neutralidade em relação à Guerra Civil espanhola e à luta pela libertação da China.

A colaboração de Trotsky com o Secretariado Internacional foi reduzida depois de sua partida da Europa, mas, no México, entrou em contato estreito com a seção estadunidense; a relação de trabalho com seus dirigentes duraria até sua morte. Com eles, começou a elaborar os planos para uma nova conferência internacional a ser realizada em fins de 1937, que não teve como se reunir até setembro de 1938. Enquanto isso, dedicou muita atenção aos problemas da seção norte-americana. Em 1936, diante do deslocamento de Trotsky para o México, os militantes dessa seção tinham se filiado ao Partido Socialista, dirigido por Norman Thomas, objetivando ganhar setores radicalizados desse partido e sua organização juvenil. Em 1937, o bloco de esquerda do PS duplicou suas forças e conseguiu a maioria da juventude. Neste momento, Thomas e outros dirigentes do PS começaram a perseguir os esquerdistas e expulsá-los, quando resistiam às medidas burocráticas, tendentes a limitar seu direito de apresentar suas posições no partido. Sem concordar com todas as táticas da direção norte-americana (sobretudo a respeito da resposta aos processos de Moscou), Trotsky acompanhou de perto os acontecimentos e ofereceu valiosos conselhos de como os camaradas norte-americanos deviam responder à campanha contra o “trotskismo” no PS. Em maio, concluiu que havia chegado a hora de pôr fim ao “entrismo”, e de começar a criar um partido revolucionário independente; os ajudou a evitar os perigos e erros que haviam causado graves problemas na seção francesa em situação similar (ver “A crise na seção francesa” – 1935-36). Satisfeitos com os resultados, os dirigentes da ala esquerda foram expulsos do PS no verão e iniciaram as discussões que desembocariam no congresso de fundação do Socialist Workers Party ao final do mesmo ano. Trotsky escreveu vários artigos para essa discussão e enviou muitas cartas à direção em Nova York, indicando suas posições a respeito do tipo de organização que se deveria construir. A maioria das cartas aparecem aqui pela primeira vez.

(...)

(Nota do tradutor – o sinal entre parênteses indica uma passagem suprimida. O critério de supressão se limitou a referências bibliográficas ou informações sobre o tomo VIII, 1936-37, volume 1 dos Escritos de Trotsky, editorial Pluma)

"Meu 'ódio' a Stalin"

4 de janeiro de 1937

Ainda me resta falar sobre meu suposto 'ódio' a Stalin. No processo de Moscou, se falou muito desse aspecto de minha política. Vishinski, os editoriais do Pravda e os órgãos da Internacional Comunista acompanham os discursos dedicados ao "Chefe" com digressões sobre meu ódio a Stalin. Stalin é o criador "da vida feliz". Seus opositores derrotados o invejam e "odeiam". Esses são as profundas análises psicanalíticas feitas pelos lacaios!

É certo que sinto uma hostilidade implacável - chame de ódio se se quer - à casta de vorazes arrivistas que oprime o povo "em nome do socialismo". No entanto, nisso, não há nada pessoal. Acompanhei há muito todas as etapas da degeneração da revolução e da quase automática usurpação de suas conquistas; com toda a obstinação e meticulosidade busquei a explicação destes fenômenos nas condições objetivas; isso me impede de concentrar meus pensamentos e sentimentos em uma pessoa específica, identificar a estatura do homem com a gigantesca sombra que projeta sobre a tela da burocracia. Não creio estar errado quando afirmo que jamais respeitei Stalin até o ponto de odiá-lo.

Stalin pôde se elevar por cima do partido, quando a deterioração das condições sociais na época da NEP permitiu à burocracia se elevar por cima da sociedade.

Se excluirmos um encontro casual, durante o qual não houve troca de palavras, que se produziu em 1911, em Viena, na casa de Skobelev (depois ministro do governo provisório), não conheci Stalin até maio de 1917, em Petrogrado, onde cheguei depois de ser libertado de um campo de concentração canadense. Nessa época, eu o via como um militante a mais no quartel general dos bolcheviques, menos destacado que outros. Não é orador. Seus escritos são sem cor. Suas polêmicas são grosseiras e vulgares. Nesse período de assembleias massivas, imponentes manifestações e lutas, era quase inexistente do ponto de vista político. Nas reuniões da direção bolchevique, permanecia na sombra. Sua lentidão intelectual lhe impedia de se manter a par dos acontecimentos. Não somente Zinoviev e Kamenev, mas também o jovem Sverdlov, e inclusive Solnikov, tinham maior participação nas discussões do que Stalin, quem durante todo o ano de 1917 se manteve na expectativa. Os historiadores que procuram atribuir-lhe um papel dirigente em 1917 (por meio de um inexistente "Comitê de Insurreição") são falsificadores arrojados.

Depois da tomada do poder, Stalin adquiriu maior confiança, mas se manteve na sombra. Observei que Lênin o promovia constantemente. Pensei, sem dar maior importância ao assunto, que Lênin não o fazia movido por considerações de índole prática, nem por simpatia pessoal. Pouco a pouco compreendi quais eram essas considerações. Lênin apreciava seu caráter firme, sua tenacidade, inclusive sua astúcia, que para ele eram qualidades indispensáveis em um militante. Não esperava que Stalin contribuísse com ideias, iniciativa política, nem faculda-

des criadoras. Em um momento da guerra civil, perguntei a Serebriakov, quem nessa época participava junto com Stalin no Comitê Militar Revolucionário da Frente Sul, se não podia funcionar sem Stalin para economizar forças. Serebriakov pensou durante um instante e respondeu: "não, não posso pressionar como faz Stalin. Não é minha especialidade."

Lênin apreciava em Stalin essa capacidade de "pressionar". Stalin adquiria maior confiança na medida em que fortalecia o aparato estatal, destinado precisamente a "pressionar". Acrescentemos: na medida em que o Estado liquidava o espírito de 1917.

O hábito, muito em voga, de equiparar Stalin a Lênin é vergonhoso. Quanto à personalidade, Stalin não resiste sequer à comparação com Mussolini e Hitler. Esses dois dirigentes vitoriosos da reação italiana e alemã, apesar da pobreza de sua ideologia fascista, demonstraram iniciativa, capacidade de despertar as massas e abrir novos caminhos. Não podemos dizer o mesmo de Stalin. Surgiu do aparato, é inconcebível sem ele. Somente pode se aproximar das massas por intermédio do aparato.

Stalin pôde se elevar por cima do partido, quando a deterioração das condições sociais na época da NEP permitiu à burocracia se elevar por cima da sociedade. No início, se surpreendeu com seu próprio ascenso. Avançou de forma

vacilante, cuidadosa, sempre pronto a retroceder. Zinoviev, Kamenev e, em menor medida, Rikov, Bukarin e Tomskio apoiaram e promoveram para fazer-me contrapeso. Nenhum deles pensava que Stalin os defenestraria. No "triumvirato", Zinoviev mantinha uma atitude cautelosa e protetora diante de Stalin; Kamenev o tratava de forma irônica. Recordo que em uma sessão do Comitê Central, Stalin empregou a palavra "purista" de maneira equivocada (frequentemente comete erros de linguagem). Kamenev me olhou com desprezo, como se dissesse: "não há nada que fazer, aceite-o tal como é". Bukarin opinava que Koba - o pseudônimo de Stalin na clandestinidade - "tinha caráter" (Lênin dizia que Bukarin era mais "brando que a cera") e que "nós" necessitamos de gente firme; se é ignorante e "inculto" "nós" devemos ajudá-lo. Essa ideia foi a base do bloco Stalin-Bukarin, depois da ruptura do triumvirato. As circunstâncias sociais e pessoais ajudaram a elevá-lo.

Em 1923 ou 1924, teve uma conversa privada com Ivan Nikitch Smirnov, posteriormente fuzilado junto com Zinoviev e Kamenev:

- Stalin, candidato a ditador? Mas é absolutamente incolor e insignificante.

- Incolor, sim - disse -, mas não insignificante.

Dois anos depois, tive uma conversa sobre o mesmo tema com Kamenev, quem, apesar das evidências, considerava Stalin um dirigente "em nível distrital". Essa caracterização irônica contém um pinga de verdade, mas somente um pinga. Certos aspectos do intelecto, tais como astúcia, a perfídia, a capaci-

dade de explorar os instintos mais baixos da natureza humana, estão muito desenvolvidos em Stalin e, unidos a sua força de caráter lhe proporcionam poderosas armas. Mas não para qualquer tipo de luta, evidentemente. A luta pela libertação das massas exige outras qualidades. Mas, se se trata de escolher os indivíduos que integraram o setor privilegiado, de assegurar sua coesão sobre a base do espírito de casta, de reduzir as massas à impotência e discipliná-las, as qualidades de Stalin são incalculáveis. Graças a essas qualidades se tornou, e com justiça, um dirigente do terror.

E, no entanto, é um indivíduo medíocre. É incapaz de generalizar e prever. Sua inteligência carece de originalidade e voo, é incapaz de pensar de forma lógica. Cada frase de seus discursos serve a um fim prático; jamais um discurso seu se eleva ao nível de uma estrutura lógica. Essa debilidade é sua força. Há tarefas históricas que somente se podem realizar se se renuncia à generalização; há períodos em que a capacidade de generalização e previsão é um obstáculo para o êxito imediato; assim são os períodos de decadência e reação. Helvécio disse uma vez que toda época encontra homens da estatura que requer e, quando não os encontra os inventa.

Marx escreveu do general Changarnier, hoje esquecido: *“Diante da ausência total de grandes personalidades, o partido dá Ordem se viu obrigado a dotar um só indivíduo da força que faltava a sua classe e inflá-lo até convertê-lo em um prodígio”* (As Lutas de Classes na França, 1848-50). Para terminar com as citações, podemos aplicar a Stalin o que disse Engels sobre Wellington: *“É grande à sua maneira, todo o grande que se possa ser sem deixar de ser medíocre”*. A grandeza individual é, por definição, uma função social.

Se Stalin pudesse prever onde levaria sua luta contra o “trotskismo”, é claro que não teria levado a cabo, apesar da perspectiva de triunfar sobre seus adversários. Mas não previu nada. Os prognósticos de seus adversários, de que se transformaria em coveiro da revolução e do partido e em chefe do terror lhe pareciam fantasiosas. Acreditou no poder da burocracia para resolver todos os problemas. A falta de imaginação criadora, a incapacidade de generalização e de previsão mataram o revolucionário que existiam nele. Os mesmos aspectos o permitiram acobertar o ascenso da burocracia terrorista com o manto do velho revolucionário.

Stalin se desmoralizou sistematicamente diante desse aparato que, por sua vez, o alimenta. Os aspectos de caráter que o permitiram organizar as fraudes jurídicas e assassinatos legais mais abomináveis da história formam parte de sua personalidade. Mas necessitou anos de prepotência totalitária para os investir de sua apocalíptica envergadura. Já falei de sua astúcia e sua falta de escrúpulos. Em 1922, Lênin se pronunciou contra a postulação de Stalin para o posto de secretário geral: *“Este cozinheiro só preparará pratos picantes”*. Em 1923, em uma conversa privada com Kamenev e Jerjinski, Stalin confessou que seu maior prazer era eleger a vítima, preparar a vingança, golpear e logo dormir.

“É uma má pessoa – me disse Krestinski – tem olhos amarelos”. A

mesma burocracia que o necessitava não o queria.

Na medida em que o poder da burocracia se tornava mais absoluto, mas se definiam os traços criminosos do caráter de Stalin. Krupskaja, que durante alguns meses de 1926 militou na Oposição, me disse que os sentimentos de Lênin para com Stalin, no último período de sua vida, eram enormemente desconfiados e profundamente hostis. Esses sentimentos estão expressos no testamento de forma muito moderada. *“Volodia me disse: ele (Stalin) carece do mais elementar sentido de honra. Entende? A mais elementar decência humana!”* Em sua última carta, Lênin rompe toda relação pessoal e partidária com Stalin. Podemos imaginar a amargura que devia embargar o homem enfermo, para lhe permitir chegar até esse ponto! No entanto, o “estalinismo” autêntico come-

çou a atuar livremente somente depois da morte de Lênin.

Não, o ódio pessoal é um sentimento muito estreito, provinciano e íntimo para exercer alguma influência sobre uma luta histórica, cuja envergadura sobrepassa enormemente a qualquer de seus participantes. É obvio que Stalin, coveiro da revolução e organizador de crimes extraordinários, merece o castigo mais severo. Mas esse castigo não é um

fim em si mesmo, nem exige medidas especiais. Deverá ser – e será – fruto da vitória da classe operária sobre a burocracia.

Com isso não quero apequenar a responsabilidade pessoal de Stalin. Ao contrário: a envergadura inigualável de seus crimes é tal, que nenhum revolucionário sério lhe ocorreria cobrar a dívida com um ato terrorista. Nossa única satisfação política e moral está na queda do estalinismo, provocada pela vitória revolucionária das massas. E essa queda é inevitável.

Para concluir o tema do “ódio” da “sede de poder”, direi que, apesar das grandes provas dos últimos anos, jamais caí nesse “desespero”, que me atribuem a imprensa soviética, os fiscais do estalinismo e os imbecis “amigos da URSS” no estrangeiro. Jamais, nesses treze anos, me senti quebrado, nem derrotado. Jamais deixei de ver com desprezo os caluniadores e suas calúnias. Penso que a escola das grandes comoções históricas em que me formei me ensinou a medir os acontecimentos sobre a base de seu ritmo próprio, não com base na mesquinha medida da sorte pessoal. Somente posso lastimar, mesclada com a ironia, pelos homens que acreditam que sua vida não vale nada porque perderam um posto ministerial. O movimento a que sirvo atravessou ascenso, refluxos e novos ascensos. Neste momento, atravessa um grande retrocesso. Mas as condições objetivas da economia e da política mundial criam possibilidades, para um ascenso prodigioso, que superará amplamente tudo o que conhecemos. Prever claramente o futuro, prepará-lo em meio às dificuldades do momento, contribuir para a formação de novos quadros marxistas: aqui está minha única tarefa... O leitor saberá desculpar essas digressões pessoais, motivadas pela fraude judicial.

(Extraído da Obra Escritos, Leon Trotsky, tomo VIII, 1936-37, Vol.1, Editora Pluma, pág. 80)



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas*, nº 614, expusemos a derrota final das posições de Bukarin e Trotsky sobre o acordo de Brest-Litovsk.

Indicamos, a diferenciação que Lênin fazia de um e outro oponente, bem como a importância de Trotsky na condução das negociações com a Alemanha e aliados imperialistas. Tínhamos, também, mostrado a aprovação final do acordo pelo IV Congresso Extraordinário de Toda a Rússia dos Soviéticos, realizado entre 14 e 16 de março de 1918. O IV Congresso dos Soviéticos confirmou a direção incontestável dos bolcheviques e, em particular, a liderança de Lênin.

O embate se deu não só contra os delegados dos socialistas revolucionários, mencheviques e outros agrupamentos opositores, como também com os “comunistas” de esquerda, constituídos como uma fração no interior da direção do partido bolchevique. Em princípio, essa fração não poderia se opor uma vez que foi minoria e tinha de seguir a linha da maioria. Seus delegados apresentaram um documento a parte denunciando que a paz defendida por Lênin comprometia a revolução. Os socialistas revolucionários de esquerda - esse partido se dividia em três frações, de esquerda, centro, direita - fizeram um informe, depois do apresentado por Lênin. A delegação bolchevique obteve 784 votos, a frente opositora, 261, e se abstiveram, 115. Terminada a votação, os socialistas revolucionários de esquerda se demitiram do Conselho de Comissários do Povo.

O enfrentamento ao ultra-esquerdismo deixou importantes lições partidárias. Lênin se viu obrigado a emitir uma “Nota sobre a conduta dos comunistas de esquerda”, que provavelmente foi escrita entre 8 e 18 de março de 1918, segundo informa as Obras Completas. Diz: “Alguns camaradas que se autointitulam ‘comunistas de esquerda’, assim que se confirmou a paz de Brest, se colocaram na oposição no partido e, conseqüentemente, sua atividade adentra cada vez mais em uma violação totalmente desleal e inadmissível da disciplina partidária. (...) O camarada Bukarin recusou aceitar o cargo de membro do CC para o qual foi designado pelo congresso partidário. Os camaradas Smirnov, Obolenski e Iákoyleva abandonaram seus postos de comissários do povo e administrador do Conselho Superior de Economia Nacional. (...) Esse procedimento é totalmente desleal, não corresponde a camaradas e viola a disciplina partidária; semelhante conduta foi e será um passo à cisão, da parte dos camaradas nomeados (...)”.

Na introdução de seu informe, Lênin fundamenta a tática sobre a base dos acontecimentos que levaram à revolução proletária. Explica: “Parece-me que a principal fonte do desacordo sobre esse assunto entre os partidos soviéticos é que algumas

pessoas se deixam levar facilmente pelo sentimento de uma justa e legítima indignação com a derrota da República Soviética pelo imperialismo, que se deixam levar facilmente, às vezes, pelo desespero e em vez de considerar as condições históricas do desenvolvimento da revolução, tal como se deram até o momento da paz atual, e como se perfilaram depois da paz, em vez disso, procuram responder aos problemas relativos à tática da revolução, baseando-se em um sentimento intuitivo. No entanto, toda a história das revoluções nos ensinam que, quando se trata de um movimento de massa ou da luta de classes, especialmente, como a que se desenvolve na atualidade, não unicamente em um só país - ainda que seja um país enorme -, mas que abarca todas as relações internacionais, em tal caso, devemos basear nossa tática, primeiro e antes de tudo, na avaliação da situação objetiva, devemos examinar de maneira analítica o curso da revolução até o momento, e o motivo pelo qual se tornou tão ameaçador, tão agudo e tão desvantajoso para nós”.

O terceiro período comparecia como o mais difícil, precisamente, devido ao isolamento mundial da revolução e à ofensiva do imperialismo alemão contra a Rússia soviética. O acordo de Brest-Litovsk constituía a primeira derrota significativa.

Lênin, então, passa a demonstrar que a questão de Brest-Litovsk faz parte de todo um processo. Indica “que o caminho percorrido pela revolução, desde fins de fevereiro de 1917 até 11 de fevereiro do ano em curso, quando se inicia a ofensiva alemã, foi em geral, um caminho de êxitos fáceis e rápidos”. E conclui: “Se estudássemos o desenvolvimento dessa revolução em escala internacional, mas somente do ponto de vista da revolução russa, veremos que no último

ano passamos por três períodos”. Em síntese, no primeiro período, “a classe operária da Rússia, juntamente com os camponeses avançados (...), apoiados não só pela pequena burguesia, mas também pela grande burguesia, varreu, em poucos dias, a monarquia”. No segundo período, “inclui a derrota de julho e o levante de Kornilov, e só mediante a experiência da luta de massas, só quando as massas operárias e camponesas se convenceram (...) da total inutilidade da conciliação pequeno-burguesa, somente então estava preparado o terreno para a Revolução de Outubro; só então a revolução russa entrou no terceiro período de sua etapa inicial, uma etapa de isolamento, de separação transitória da revolução mundial”.

O terceiro período comparecia como o mais difícil, precisamente, devido ao isolamento mundial da revolução e à ofensiva do imperialismo alemão contra a Rússia soviética. O acordo de Brest-Litovsk constituía a primeira derrota significativa. No entanto, era a única possibilidade real de ganhar tempo para reordenar as forças proletárias e camponesas para enfrentar a contrarrevolução, encarnada pelo imperialismo. Os acontecimentos posteriores deram inteira razão a Lênin.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)